

CONTAS NACIONAIS

Contas dos Sectores Institucionais 2007-2012



Instituto Nacional de Estatística

Contas Nacionais Anuais - Contas dos sectores institucionais 2007-2012

Presidente

Antonio dos Reis Duarte

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Av. Cidade de Lisboa, nº 18,

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 * Fax: +238 261 16 56 *

Email: inecv@ine.gov.cv

Design e composição;

Divisão de Difusão, Instituto Nacional de Estatística

© Copyright 2013

Instituto Nacional de Estatística

Apoio ao utilizador: Divisão de difusão

Av. Cidade de Lisboa, nº 18,

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 * Fax: +238 261 16 56 *

Email: difusao.ine@ine.gov.cv

Para quaisquer Esclarecimentos, contactar:

Tel. (238) 261 39 60/ 38 27

Fax: (238) 261 16 56

Silvina Santos - silvina.santos@ine.gov.cv

Joseph Brites – joseph.brites@ine.gov.cv

Fernanda Delgado – fernanda.delgado@ine.gov.cv

Emanuela Santos – emanuela.santos@ine.gov.cv

Paulo Barbosa – paulo.barbosa@ine.gov.cv

Bertalino Moreira – bertalino.moreira@ine.gov.cv

Prefácio

As Contas dos Sectores Institucionais era um objectivo que o Instituto Nacional de Estatística (INE) vinha prosseguindo já algum tempo e enquadra-se na reforma iniciada em 2010 que visava a implementação do Sistema de Contas Nacionais de 1993, com melhorias significativas nas estatísticas económicas. Assim, é com muita satisfação que o INE põe a disposição dos utilizadores de informação estatística oficial, mais este produto, esperando que seja útil na análise da situação económica do país e na tomada de decisões.

Nota-se que até a data o INE vinha produzindo as Contas de Bens e Serviços ou seja as contas dos ramos de actividade e os equilíbrios recursos empregos por produto. Com esta publicação ficará concluído o Quadro Central das Contas Nacionais, uma vez que passam a ser compiladas as Contas dos Sectores Institucionais e a Tabela das Contas Económicas Integradas.

Agradecimentos

O processo de reforma das contas nacionais que comporta a mudança do ano de base das contas de 1980 para 2007 e a implementação do SCN93, em substituição do SCN68, arrancou em 2010 com o diagnóstico às estatísticas económicas do país realizada em 2010, numa missão conjunta, Departamento de estatísticas das Nações Unidas/Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. No Relatório desta missão, a reforma das contas nacionais foi apontada como uma prioridade.

Na sequência, o INE assinou um protocolo de cooperação institucional com o INE da Espanha. Graças ao apoio técnico conseguido, a equipa nacional adquiriu os conhecimentos necessários para a realização das contas dos bens e serviços.

Também o INE vem cooperando com o Instituto Nacional de Estatística do Luxemburgo (STATEC), através de uma empresa local e de um perito de Marrocos, desde Novembro de 2014, no reforço das suas capacidades técnicas, com vista a implementação das contas dos sectores institucionais e na elaboração da Tabela das Contas Económicas Integradas.

Assim, o INE expressa os seus sinceros agradecimentos ao INE – ES, ao STATEC e a empresa de consultoria Emprou-SA, especialmente a consultora Marroquina que trabalhou de perto com os técnicos nacionais.

Índice

INTRODUÇÃO.....	9
I. PRINCIPAIS ASPECTOS CONCEPTUAIS.....	10
A. Nomenclaturas, Conceitos e definições.....	10
1. Nomenclaturas.....	10
1.1 Nomenclatura dos Sectores Institucionais	10
1.2 Nomenclatura dos Ramos de Actividade.....	12
1.3 Nomenclatura de Produtos	12
1.4 Nomenclatura de operações e outros fluxos, saldos e activos	12
2. Conceitos e definições.....	12
2.1 Fluxos e operações.....	12
2.2 Sectores Institucionais.....	13
2.3 Ramos de actividade.....	13
B. Noções de Território Económico, de Residência e de Centro de Interesse Económico.....	14
1. Território Económico.....	14
2. Residência.....	14
3. Centro de Interesse Económico.....	15
C. Notas Metodológicas e Fontes de Informação	15
1. S.11 – Sector das Sociedades não Financeiras.....	16
2. S.12 – Sector das Sociedades Financeiras	16
3. S.13 – Sector das Administrações Públicas.	17
4. S.14 - Sector das Famílias.....	18
5. S.2 - Resto do Mundo.....	19
6. Síntese	19
II. PRINCIPAIS RESULTADOS	20
A. Contas dos Sectores Institucionais.....	20
1. Contribuição das Famílias na Criação do Valor Acrescentado	20
2. Predominância do Excedente Bruto de Exploração / Rendimento Misto na decomposição do Valor Acrescentado.....	22
3. Reforço dos Descontos Obrigatórios.....	24
4. Flutuação da Poupança.....	25
5. Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo	27
6. Situação Económica, 2007 à 2012.....	29
7. Endividamento das Sociedades não Financeiras	31

B. Principais Agregados	31
1. Produto Interno Bruto (PIB)	31
2. Rendimento Nacional Disponível Bruto	32
3. Rendimento Disponível Ajustado.....	34
4. Despesas de Consumo Final e Consumo Final Efectivo	35

Índice Gráficos

GRÁFICO 1- ESTRUTURA MÉDIA DO VAB POR SECTOR INSTITUCIONAL (%), 2007 A 2012	21
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA REPARTIÇÃO DO VAB POR SECTOR INSTITUCIONAL (%), 2007 A 2012.....	21
GRÁFICO 3 - MÉDIA DOS COMPONENTES DO VAB POR SECTOR (%), 2007 – 2012	22
GRÁFICO 4 - ESTRUTURA MÉDIA DO EXCEDENTE BRUTO DE EXPLORAÇÃO (%), 2007 A 2012	23
GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DO EXCEDENTE BRUTO DE EXPLORAÇÃO/REND.MISTO MÉDIO NO PERÍODO 2007 – 2012 (EM MILHÕES DE ESCUDOS)	24
GRÁFICO 6 - MÉDIA DAS COTIZAÇÕES E IMPOSTOS PAGOS PELOS SECTORES, SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS E FAMÍLIAS (%), (2007-2012).....	24
GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO POR SECTOR, 2007 A 2012	25
GRÁFICO 8 - ESTRUTURA MÉDIA DA POUPANÇA POR SECTOR INSTITUCIONAL (%), 2007 A 2012.....	26
GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO NACIONAL DISPONÍVEL BRUTO E DA POUPANÇA NACIONAL (%), 2007 A 2012	26
GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO POR SECTOR (%), 2007 A 2012.....	28
GRÁFICO 11 - CONTRIBUIÇÃO MÉDIA DOS SECTORES NA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (%) (2007 – 2012)	28
GRÁFICO 12 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE INVESTIMENTO NACIONAL (%), 2007 A 2012.....	29
GRÁFICO 13 - CAPACIDADE FINANCIAMENTO/NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (MILHÕES DE ESCUDOS)	30
GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DO PIB E DOS IMPOSTOS LÍQUIDOS DE SUBSÍDIOS SOBRE OS PRODUTOS.....	31
GRÁFICO 15 - ESTRUTURA MÉDIA DO PIB (%), 2007 A 2012	32
GRÁFICO 16 - ESTRUTURA MÉDIA DO RENDIMENTO NACIONAL DISPONÍVEL BRUTO POR SECTOR INSTITUCIONAL (%), 2007 A 2012	33
GRÁFICO 17 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO RENDIMENTO NACIONAL DISPONÍVEL BRUTO POR SECTOR INSTITUCIONAL (%), 2007 A 2012.....	34
GRÁFICO 18 - ESTRUTURA MÉDIA DO RENDIMENTO AJUSTADO POR SECTOR (%), 2007 A 2012	34
GRÁFICO 19 - ESTRUTURA DO RENDIMENTO AJUSTADO POR SECTOR (%), 2007 A 2012	35

Índice Tabela

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO POR SECTOR, 2007 - 2012 (%).....	27
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DOS RENDIMENTOS RECEBIDOS/OBTIDO PELAS FAMÍLIAS (%), 2007 A 2012	33
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DO CONSUMO FINAL (%), 2007 A 2012	36
TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO INDIVIDUAL E COLECTIVO, NOMINAL, NO SECTOR DAS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAS, 2007 A 2012.....	36
TABELA 5 - ESTRUTURA DO CONSUMO FINAL EM RELAÇÃO AO RENDIMENTO NACIONAL BRUTO DISPONÍVEL 2007-2012 (%).....	37

Índice Anexo

Contas Sectores Institucionais

ANEXO 1- CONTAS DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS (S.11), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS)	39
ANEXO 2- INDICADORES DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS (S.11), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS)	41
ANEXO 3 - CONTAS DAS SOCIEDADES FINANCEIRAS (S.12), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS).....	42
ANEXO 4 - INDICADORES DAS SOCIEDADES FINANCEIRAS (S.12), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS)	44
ANEXO 5 - CONTA DO SECTOR DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (S.13), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS)	45
ANEXO 6 - INDICADORES DO SECTOR DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (S.13), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS)	48
ANEXO 7 - CONTA DAS FAMÍLIAS (S.14), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS)	49
ANEXO 8 - INDICADORES DO SECTOR DAS FAMÍLIAS (S.14), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS)	52
ANEXO 9 - CONTAS DE ECONOMIA NACIONAL (S.1), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS).....	53
ANEXO 10 - INDICADORES DE ECONOMIA NACIONAL (S.1), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS)	56
ANEXO 11 - CONTAS DO RESTO DO MUNDO (S.2), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS)	57
ANEXO 12 - INDICADORES RESTO DO MUNDO (S.2), 2007 A 2012 (MILHÕES DE ESCUDOS)	58
ANEXO 13 - PRODUÇÃO (MILHÕES DE ESCUDOS).....	60
ANEXO 14 - ESTRUTURA DA PRODUÇÃO (%).....	60
ANEXO 15 - VALOR ACRESCENTADO E PRODUTO INTERNO BRUTO (MILHÕES DE ESCUDOS)	60
ANEXO 16- REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS/ VALOR ACRESCENTADO (%)	61
ANEXO 17 -ESTRUTURA DO PRODUTO INTERNO BRUTO (%)	61
ANEXO 18 -ESTRUTURA DO TOTAL DO VALOR ACRESCENTADO (%).....	62
ANEXO 19 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS (MILHÕES DE ESCUDOS)	62
ANEXO 20 -ESTRUTURA DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS (%)	62

ANEXO 21 - EXCEDENTE BRUTO DE EXPLORAÇÃO (MILHÕES DE ESCUDOS).....	63
ANEXO 22 -ESTRUTURA DO EXCEDENTE BRUTO DE EXPLORAÇÃO (%).....	63
ANEXO 23 -DESPESAS DE CONSUMO FINAL (MILHÕES DE ESCUDOS).....	63
ANEXO 24 -ESTRUTURA DE DESPESAS DE CONSUMO FINAL (%)	64
ANEXO 25 - FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (MILHÕES DE ESCUDOS).....	64
ANEXO 26 -ESTRUTURA DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (%).....	64
ANEXO 27 - RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO (MILHÕES DE ESCUDOS)	65
ANEXO 28 - ESTRUTURA DO RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO (%).....	65
ANEXO 29 - POUPANÇA BRUTA OU RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO (MILHÕES DE ESCUDOS)	65
ANEXO 30 - ESTRUTURA DE POUPANÇA BRUTA OU RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO (%).....	65
ANEXO 31 - SALDO DE RENDIMENTOS PRIMÁRIOS OU RENDIMENTO NACIONAL BRUTO (MILHÕES DE ESCUDOS)	66
ANEXO 32 - ESTRUTURA DO SALDO DE RENDIMENTOS PRIMÁRIOS OU RENDIMENTO NACIONAL BRUTO (%)	66
ANEXO 33 - VALOR ACRESCENTADO / PRODUÇÃO (%).....	67
ANEXO 34 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS/VALOR ACRESCENTADO (%)	67
ANEXO 35 – TAXA DE INVESTIMENTO (FBCF/VALOR ACRESCENTADO) (%)	67
ANEXO 36 - TAXA DE POUPANÇA (POUPANÇA/RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO) (%)	68
ANEXO 37 - CAPACIDADE (+)/NECESSIDADE (-) DE FINANCIAMENTO (MILHÕES DE ESCUDOS)	68
ANEXO 38 - PRINCIPAIS INDICADORES (%)	70
ANEXO 39 - CONTAS ECONÓMICAS INTEGRADAS 2007	72
ANEXO 40 - CONTAS ECONÓMICAS INTEGRADAS 2008	73
ANEXO 41 - CONTAS ECONÓMICAS INTEGRADAS 2009	74
ANEXO 42 - CONTAS ECONÓMICAS INTEGRADAS 2010	75
ANEXO 43 - CONTAS ECONÓMICAS INTEGRADAS 2011	76
ANEXO 44 - CONTAS ECONÓMICAS INTEGRADAS 2012	77

Siglas e abreviaturas

SCN 1993 - Sistema de Contas Nacionais de 1993

MBP5 - Manual da Balança de Pagamentos, Quinta edição

CPA - Classificação dos Produtos por Actividade

CPC - Classificação Central dos Produtos

IPC - Índice de Preços no Consumidor

SIFIM - Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos

PIB - Produto Interno Bruto

PIP - Programa de Investimentos Públicos

GFSM - Manual de Estatísticas das Finanças Públicas

IOF - Inquérito aos Orçamentos Familiares

FMI - Fundo Monetário Internacional

CITI, Rev. 4 - Classificação Internacional Tipo, por Indústria, de todos os Ramos de Actividade, Revisão 4

ISFLSF - Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias

INE - Instituto Nacional de Estatística

SEN - Sistema Estatístico Nacional

CTCI - Classificação Tipo para o Comércio Internacional

QRE - Quadros de Recursos e Empregos

APU - Administração Pública

IDRF - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares

QUIBB - Questionário Unificado de Indicadores Básico de Bem-estar

IE - Inquérito ao Emprego

IESI - Inquérito ao Emprego e Sector Informal

ENI - Empresas em Nome Individual

RGPH - Recenseamento Geral da População e Habitação

ONG - Organizações Não Governamentais

OFN - Outras Fontes Nacionais

VAB - Valor Acrescentado Bruto

RNDB - Rendimento Nacional Disponível Bruto

TCEI ou QCEI – Tabela ou Quadro das Contas Económicas Integradas

INTRODUÇÃO

As contas dos sectores institucionais visam analisar o comportamento económico de agregados formados por unidades institucionais que apresentam comportamentos homogéneos.

Assim a economia nacional (S.1) foi organizada em 5 sectores institucionais a saber: S.11 – Sociedades não Financeiras, S.12 - Sociedades Financeiras, S.13 – Administrações publicas, S.14 – Família e S.15 - Instituições sem fins Lucrativos ao serviço das famílias. O S.15 foi agregado ao S.14. Num sector único denominado Resto do Mundo – S.2 foram inseridas todas as operações envolvendo residentes e não residentes.

Dado que o trabalho de compilação das contas dos sectores institucionais é levado a cabo após a publicação das contas de bens e serviços (contas dos ramos de actividade e equilíbrios recursos empregos), foram feitas arbitragens para garantir a consistência/coerência entre as primeiras e as segundas.

As contas dos sectores institucionais à semelhança do que acontece a nível internacional, são elaboradas apenas a preços correntes.

Nesta publicação a sequência de contas vai até a capacidade/necessidade de financiamento.

I. PRINCIPAIS ASPECTOS CONCEPTUAIS

A. Nomenclaturas, Conceitos e definições

1. Nomenclaturas

Nomenclaturas e Classificações utilizadas nas contas nacionais de Cabo verde.

A definição específica da estrutura das nomenclaturas constitui um elemento chave da contabilidade nacional na medida em que são elas que determinam o conteúdo das diferentes rubricas retidas para constituir as contas do sistema. As classificações utilizadas no SCN 93 dizem respeito aos seguintes domínios:

- (a) Nomenclatura dos Sectores Institucionais (sectorização da economia);
- (b) Nomenclatura dos Ramos de Actividades (actividades económicas);
- (c) Nomenclatura dos Produtos (detalhe dos produtos);
- (d) Nomenclatura de Operações e outros fluxos, saldos e activos;

1.1 Nomenclatura dos Sectores Institucionais

Seguindo o SCN 93, a nomenclatura dos sectores institucionais adoptada começa pela letra S seguida de dois dígitos para os sectores e um terceiro ou quarto dígito para os subsectores. Nesta nomenclatura, A economia nacional é designada por S.1 e o Resto do mundo por S.2. Assim, o S.1 comporta os seguintes sectores institucionais: S.11- Sociedades Não Financeiras, S.12- Sociedades Financeiras, S.13 Administração Publica, S.14 _ Família e S.15 – Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias. Os sectores institucionais residentes foram subsectorizados segundo determinados critérios e também considerando o nível de informação de base disponível;

- Para o Sector institucional Sociedades não Financeiras (S.11) foi priorizado o critério da propriedade pública ou privada. Este Sector foi subdividido em 3 subsectores: Sociedades não financeiras públicas (S.111), Sociedades não financeiras privadas nacionais (S.112) e sociedades não financeiras privadas sob controlo estrangeiro, (S.113).
- Para o Sector institucional Sociedades Financeiras (S.12), o primeiro critério foi o tipo de instituição - Banco Central (S.121), Outros intermediários financeiros (S.122), Auxiliares Financeiros (S.123), e Sociedade de seguros (S.124).

- O Sector institucional Administração Pública (**S.13**), foi subsectorizado de acordo com a organização administrativa do país: Administração central (S.131), Administração local (S.132) e Fundos de segurança social (S.133).
- O Sector institucional Família (**S.14**) foi previsto uma classificação por subsectores sócio-económicos tendo em conta que para o ano base utilizou-se os dados dos resultados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) e condições de vida de 2001/2002 e do Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar (2007). O sector foi subsectorizado em Empregadores S.141, trabalhadores por conta própria sem empregados S.142, Empregados S.143 e Famílias com recursos provenientes de propriedades e de transferências (agricultura e pesca) S.144.
- O Sector das Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (S.15) foi agregado às do S.14.
- O sistema de contas de Cabo Verde integra ainda a sequência completa das contas não financeiras do Resto do Mundo (S.2). A Balança de Pagamentos compilada pelo Banco de Cabo Verde, é uma das principais fontes utilizadas na compilação da Conta do Resto do Mundo, no que diz respeito aos ajustamentos relativos a alguns bens importados e exportados, ao comércio internacional de serviços, operações de rendimento e transferências (correntes e de capital, públicas e privadas). No entanto, seria desejável ter maior nível de desagregação, para certas rúbricas.
- Persistem algumas diferenças entre as importações e exportações de bens do INE e as do Banco Central. Isso porque nas contas nacionais por necessidade de elaboração do equilíbrio por produto é preciso dispor de informações detalhadas por produto. Essas diferenças devem-se a várias razões: da base aduaneira ser uma base dinâmica, do INE usar dados CIF nas importações e FOB enquanto que o Banco Central utiliza apenas o FOB mas também porque as estatísticas do comércio externo de bens produzidas pelo INE são compiladas com base no regime especial (integra apenas os bens que entram para o consumo na economia declarante) enquanto que o BCV utiliza o regime geral.

1.2 Nomenclatura dos Ramos de Actividade

A classificação dos ramos de actividade das contas nacionais foi concebida de uma forma genérica considerando as divisões Classificação das Actividades Económicas de Cabo Verde (CAECV - rev1) que apresenta uma concepção integrada a partir do nível Grupo (3 dígitos) da CITA Rev.4. O nível de trabalho detalhado é de 45 ramos de actividade. A elaboração das contas dos ramos se limita, ao cálculo das contas de produção e de exploração que são também elaboradas para os sectores institucionais. A integração Ramo sector institucional deve ser devidamente assegurada de modo a garantir a coerência necessária entre contas relativas a dois tipos de unidades é, portanto, necessário para permitir a passagem de contas ramos para as contas dos sectores institucionais.

1.3 Nomenclatura de Produtos

Na definição desta nomenclatura teve-se em conta a importância dos bens e serviços da economia nacional tanto do ponto de vista da produção, como das importações e exportações. A nomenclatura de trabalho contém 75 produtos.

1.4 Nomenclatura de operações e outros fluxos, saldos e activos

A codificação das operações e outros fluxos, saldos e activos segue a prevista no SCN 93. No caso de Cabo Verde o nível de detalhe foi definido em função da disponibilidade da informação no decurso da compilação das contas dos sectores institucionais. É importante assinalar que ao considerar o conjunto completo de operações com diferentes detalhes, permite que o quadro de compilação das contas tenha uma maior vigência no tempo.

2. Conceitos e definições

2.1 Fluxos e operações

Os fluxos que o SCN 1993 considera são de dois tipos. As «operações» (ou transacções) e «outros fluxos». As «operações» são fluxos económicos que se realizem no período contemplado, por mútuo acordo, entre unidades económicas (incluindo a produção por conta própria e actividades ilegais). Elas podem resultar de uma troca ou de transferências isso é, em termos monetários ou em espécie.

Os «outros fluxos» concernem as variações em **volume**, que afectam os diferentes elementos do património devido a fenómenos ou acontecimentos excepcionais, imprevistos, tais como descobertas, guerras e catástrofes naturais, ou em **valor**, devido á variações de preços.

2.2 Sectores Institucionais

Uma característica do sistema é a utilização de dois tipos de unidades económicas para proceder a subdivisão da economia nacional: as unidades institucionais e os estabelecimentos. As unidades institucionais são utilizadas de modo a permitir uma leitura integrada de um conjunto de elementos que participam na vida económica dessas unidades. Dito de outro modo, é uma abordagem facilitando a análise do fluxo institucional relativo à criação de rendimento, apropriação e uso destes rendimentos e, finalmente, a constituição e transformação do património.

Por unidades institucionais entendem-se entidades económicas com capacidade de possuir bens e activos, de contrair passivos e realizar actividades e operações económicas com outras unidades, no seu próprio nome. Para fins do sistema, as unidades institucionais encontram-se agrupadas em cinco sectores institucionais, mutuamente exclusivos, constituídos pelos seguintes tipos de unidades: as sociedades não financeiras, Sociedades financeiras, Administrações públicas, famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias, referidos anteriormente.

O conjunto dos cinco sectores constitui o total da economia. Cada sector encontra-se igualmente dividido em subsectores. O sistema prevê um conjunto completo de contas de fluxos e de património que devem ser elaboradas para cada sector (ou subsector), bem como para o total da economia.

2.3 Ramos de actividade

Mas, a divisão da economia nacional através da unidade institucional não é o traçado mais apropriado para a realização de análises de todos os fluxos envolvidos no processo de produção. É por isso que o SCN propõe a decomposição de unidades institucionais em estabelecimentos para permitir a identificação das relações técnicas e económicas deste processo. O estabelecimento é definido como a unidade estatística mais apropriada para a qual é possível ter informações sobre a produção (produção por produto, insumos por tipo de produto, salários, emprego...). Os estabelecimentos são classificados por ramo de actividade, de acordo com a classificação das actividades em vigor.

B. Noções de Território Económico, de Residência e de Centro de Interesse Económico

1. Território Económico

O território económico de um país consiste no território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente, pessoas, bens e capitais: Assim, o território económico de cabo verde inclui:

- O território geográfico do país;
- O espaço aéreo, as águas territoriais;
- Os enclaves territoriais no resto do mundo, isto é, áreas de terreno claramente demarcadas que se encontram localizadas noutros países e que são utilizadas pela administração pública, em virtude de tratados internacionais ou de acordos entre países para fins diplomáticos, militares, científicos ou outros fins (embaixadas, consulados...)
- As zonas francas, ou os armazéns de depósito na alfândega ou as fábricas exploradas por empresas de offshore, sob controlo aduaneiro (estas fazem parte do território económico do país em que se encontram).

O território económico não inclui os enclaves territoriais, isto é, as partes do território geográfico do país utilizadas por países estrangeiros ou organizações internacionais, os quais estão localizados dentro das fronteiras geográficas do seu país.

2. Residência

A residência é um conceito importante no sistema de contabilidade nacional, porque o estatuto de residência dos produtores determina os limites da produção interna e afecta a medida do Produto Interno Bruto (PIB) e muitos fluxos importantes do Sistema.

O conceito de residência adoptado no SCN, bem como no Manual da Balança de Pagamentos, não se baseia na nacionalidade ou em critérios jurídicos, mas sim na posse, por parte de uma unidade institucional, de um centro de interesse económico no território económico de um país. Os sectores institucionais apresentados nos parágrafos anteriores são grupos de unidades residentes.

3. Centro de Interesse Económico

Diz-se que uma unidade institucional tem um centro de interesse económico dentro de um país quando exista um local - habitação, local de produção, ou outras instalações - dentro do território económico desse país, no qual ou a partir do qual, desenvolva, e tencione continuar a desenvolver, actividades económicas e operações numa escala significativa, indefinidamente ou durante um período de tempo finito mas relativamente longo (um ano ou mais).

Portanto, uma unidade que efectua, nessas condições, operações no território económico de vários países, será considerada como tendo um centro de interesse económico em cada um deles. A posse de terrenos e construções dentro do território económico de um país é entendida como razão suficiente, por si só, para o proprietário ter um centro de interesse económico nesse país.

C. Notas Metodológicas e Fontes de Informação

A compilação da sequência completa das contas dos sectores institucionais e sua síntese na Tabela das Contas Económicas Integradas exige a disponibilidade de informações variadas sobre as diversas operações económicas (produção, consumo intermédio, investimento, distribuição de rendimento, transacções financeiras etc..) realizadas pelos referidos sectores.

A metodologia adoptada foi a compilação separada da sequência das contas de cada sector institucional antes da síntese da Tabela das Contas Económicas Integradas (TCEI). A TCEI é um quadro que resume toda a sequência das contas dos diferentes sectores institucionais. A nível das contas de fluxos, cada conta se refere a um tipo particular de operação, como a produção, a formação e distribuição do rendimento e sua utilização. Cada conta é equilibrada pela introdução de um saldo contabilístico, definido de maneira residual como a diferença entre o total dos recursos e o dos empregos. O saldo de uma conta é transportada na conta seguinte e assegura a articulação da sequência de contas. Os saldos contabilísticos representam o resultado das actividades retratadas nas contas do sistema e são de interesse considerável e de uma grande importância para a análise, nomeadamente, o valor acrescentado para a conta de produção, o rendimento de exploração para a conta de exploração, o rendimento disponível para a conta do rendimento e a poupança para a utilização do rendimento.

A sua arquitectura é concebida de tal forma que permite confrontar os dados de recursos e de utilizações de cada operação. Assim a TCEI é construída, operação por

operação, ou seja linha por linha, tendo na esquerda os sectores institucionais para quais esta operação é um emprego, e, à direita, os sectores institucionais em que a mesma operação é um recurso. No quadro, as colunas representam os diferentes sectores institucionais. Para cada operação, o equilíbrio entre o total de recursos e o total de empregos é garantido. A sequência das contas é respeitada, assim como, os seus diferentes saldos.

As principais fontes de informação utilizadas na elaboração das contas dos sectores institucionais são as seguintes:

1. S.11 – Sector das Sociedades não Financeiras

As sociedades não financeiras (S.11) são aquelas cuja actividade principal é a produção de bens ou serviços não financeiros mercantis. Compreende o seguinte conjunto de unidades institucionais residentes, nomeadamente Sociedades não financeiras públicas, S.111, Sociedades não financeiras privadas nacional, S.112 e Sociedades não financeiras privadas sob controlo estrangeira, S.113.

Os cálculos para as Sociedades não Financeiras, independentemente da residência dos accionistas, foram baseados nas informações financeiras das empresas com contabilidade organizada.

A sectorização baseou-se nas recomendações do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, SCN 93.

2. S.12 – Sector das Sociedades Financeiras

O sector das sociedades financeiras (S.12) consiste no conjunto das sociedades e quase sociedades cuja função principal é fornecer serviços de intermediação financeira (intermediários financeiros) e/ou exercer actividades financeiras auxiliares (auxiliares financeiros).

O Sector Financeiro é composto pelos Subsectores, nomeadamente S.121 – Banco Central, S.122 – Outros Intermediários Financeiros, S.123 – Auxiliares Financeiros e S.124 – Seguros

As fontes utilizadas para o cálculo do Sector Financeiro foram: Relatórios do Banco Central, Relatórios de contas dos Bancos comerciais e das sociedades de Seguros. Base das estatísticas empresariais 2007-2012 e Estatísticas correntes do BCV, nomeadamente, síntese monetária, taxas de juros do banco central e dos bancos comerciais.

Parte substancial da produção deste sector é constituída pelo SIFIM (Serviço de Intermediação Financeira Indirectamente Medido). O SIFIM dos subsectores S.121 e S.122 resulta da diferença entre Juros a receber pelas unidades do sector em decorrência de operações de crédito e Juros a pagar aos depositantes. Juros e Proveitos equiparados e Juros e Custos Equiparados. Há ainda a considerar as comissões líquidas recebidas.

A produção dos seguros é calculada como sendo a diferença entre Prémios e seus adicionais e custos com sinistro. A outra produção são as comissões facturadas.

Os auxiliares financeiros têm a sua produção calculada como a soma das comissões cobradas na medida em que uns prestam serviços aos bancos e outros às sociedades de seguros.

O principal desafio na elaboração das contas deste sector prende-se com a insuficiência de informações detalhadas sobre os dividendos e dos investimentos.

S.13 – Sector das Administrações Públicas.

O sector da administração pública desempenha um papel crucial na elaboração das contas nacionais não só pela riqueza das informações que suporta, como também pela especificidade do tratamento das mesmas e pelo seu papel privilegiado na orientação de toda política económica.

O sector “Administrações Públicas (S.13)” inclui as unidades institucionais que correspondem a produtores não mercantis cuja produção se destina ao consumo individual e colectivo e que são financiadas por pagamentos obrigatórios feitos por unidades pertencentes a outros sectores, bem como todas as unidades institucionais cuja função principal é a redistribuição do rendimento e da riqueza nacional.

O sector público integra-se nas contas económicas e reagrupa um conjunto de entidades definidas como Administração Pública, nomeadamente a Administração central, S.131 (o Estado e os Serviços e Fundos Autónomos), a Administração local, S.132 (os Municípios) e o Sistema de Segurança Social, S.133.

A maior parte dos recursos da administração pública provêm das contribuições obrigatórias (impostos, contribuições sociais) que recebe, directa ou indirectamente, de outra entidade pública, ou transferências obrigatórias de outras unidades institucionais.

A delimitação entre os bens e serviços fornecidos por unidades das administrações públicas, individuais e colectivos é estabelecida com base na classificação das funções das administrações públicas (COFOG).

As unidades da administração pública efectuam três tipos diferentes de despesas nomeadamente:

- ✓ Despesas efectivas ou imputadas na prestação gratuita de serviços colectivos (administração pública, defesa, justiça, saúde pública);
- ✓ Despesas no fornecimento de bens ou serviços a famílias individuais;
- ✓ Transferências pagas a outras unidades institucionais, na sua maioria famílias

Em termos de consumo final são utilizados dois conceitos nomeadamente, despesa de consumo final (Individual e colectivo) e consumo final efectivo.

Foram utilizadas como fontes de informação nomeadamente, a Conta Geral do Estado, o Programa de Investimentos Públicos (PIP), as contas de gerência dos Fundos e serviços autónomos e das Câmaras Municipais e o relatório e contas do Instituto Nacional de Previdência Social.

A passagem dos dados contabilísticos para as operações e produtos das contas nacionais fez-se de acordo com a nomenclatura das operações do SCN93. As informações de base provenientes das fontes acima mencionadas, estão, geralmente, organizadas de acordo com os classificadores das receitas e das despesas dos organismos públicos, que correspondem a classificação económica, que além dos códigos e respectivas designações integra as definições dos conceitos.

4. S.14 - Sector das Famílias

O sector das famílias é complexo em si, pois abrange as famílias enquanto unidades de consumo e as famílias produtoras. Em primeiro lugar, este sector inclui as operações domésticas das famílias, i.e., as operações que se referem à função das famílias enquanto consumidoras. Em segundo lugar, compreende as actividades que as famílias desenvolvem e as operações que efectuam relacionadas com as actividades de produção que não se enquadram nas sociedades ou quase-sociedades. (Extracto de SCN 93, 19.7.)

O sector institucional família (S.14) conforme SCN 93, envolve as actividades de todas as Empresas em Nome Individual (ENI) com contabilidade organizada, as actividades informais e ainda os ramos de actividade da Agricultura e da Pesca que são

praticamente informais. Pois, 97% da produção desses dois ramos são feitas pelas famílias.

Para o cálculo do sector das famílias, foi utilizado como fonte as bases de dados das empresas, assim como, os inquéritos aos agregados familiares, a saber, o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares 2001/02 (IDRF2001/02), Questionário Unificado de Indicadores Básico de Bem-estar 2007 (QUIBB 2007), o Inquérito ao Emprego (IE), Condições de Vida das Famílias, Inquérito ao Sector Informal e o Recenseamento Geral da População e Habitação 2010 (RGPH 2010). Também utilizou-se o índice de Preço no Consumidor.

Para estimativa das Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço da Família – S.15 (ISFLSF- S.15) utilizou-se algumas fontes administrativas e estudos sobre Organizações Não Governamentais (ONG's).

S.2 - Resto do Mundo

O resto do mundo integra todas as unidades institucionais não residentes que realizam operações com unidades residentes, ou têm outras relações económicas com unidades residentes. Além disso, a harmonização dos conceitos utilizados no 5º manual da balança de pagamentos (MDBP 5) e as Contas Nacionais 1993 (SCN 93) facilitou a determinação das operações do resto do mundo. A fonte principal de informação para as contas deste sector é a balança de pagamentos.

Com o intuito de obter uma descrição completa das unidades residentes que compõem a economia nacional, o sistema de contabilidade nacional não pode deixar de registar as operações realizadas entre unidades residentes e não residentes. Estas operações, são agrupadas em um sector único denominado, Resto do Mundo.

5. Síntese

Para efeito de síntese, foram elaboradas, as "matrizes de quem a quem" cruzando as perspectivas dos sectores institucionais devedores e credores, para operações de distribuição, tais como, juros, dividendos e transferências.

Arbitragens também foram efectuadas nas operações de bens e serviços, salários de funcionários, impostos sobre a produção e subsídios à produção, de modo a assegurar a coerência com dados publicados anteriormente, nomeadamente nas contas de bens e serviços (contas de ramos de actividade e quadros recursos - empregos).

Na elaboração das matrizes de Quem a Quem houve ainda situações de operações envolvendo o Resto do mundo em que se precisou fazer arbitragens. Em alguns casos os dados da balança foram assumidos como seguros para se fazer as devidas alterações nos sectores de contrapartida residentes (o caso do trust fund) em que se corrigiu o sector da Administração Pública. Mas também houve casos em que se privilegiou os dados das contas financeiras do Banco Central em detrimento dos valores apresentados pela Balança de pagamentos, após consulta do BCV.

II. PRINCIPAIS RESULTADOS

A. Contas dos Sectores Institucionais

A elaboração das contas dos sectores institucionais 2007-2012 acontece no momento em que as contas dos bens e serviços (ramos de actividade e equilíbrios recursos e empregos), para esses anos já são publicadas o que requer algum trabalho de alinhamento entre umas e outras de modo a garantir a consistência/coerência do todo. Esta secção fornece uma descrição da configuração do perfil dos agentes económicos (sectores institucionais) na formação dos rendimentos, acumulação de capital e financiamento.

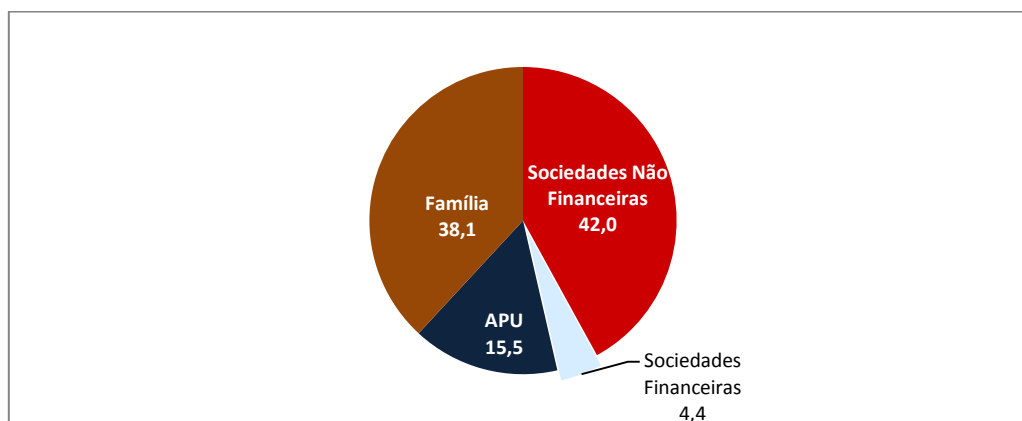
1. Contribuição das Famílias na Criação do Valor Acrescentado

No SCN 93 é atribuída tanta importância às contas do sector família quanto às contas de outros sectores. A família desempenha um papel fundamental na economia nacional com a sua contribuição/participação na criação do valor acrescentado bruto. As famílias residentes possuem diferentes fontes de rendimentos (salários, rendimento misto, pensões, e outras fontes de rendimentos) e são responsáveis por parte da produção própria da família, dos trabalhadores independentes, das Empresas em Nomes Individuais (ENI), agricultores e pescadores (agricultura e pesca familiar).

O valor acrescentado bruto (VAB) da economia cabo-verdiana passou de 105.362 milhões de escudos em 2007 para 131.730 milhões de escudos em 2012.

Conforme o gráfico que se segue, O sector institucional Família, representa a segunda maior fatia do VAB, com uma contribuição média do período de 38,1%, depois do sector das sociedades não financeiras com 42%.

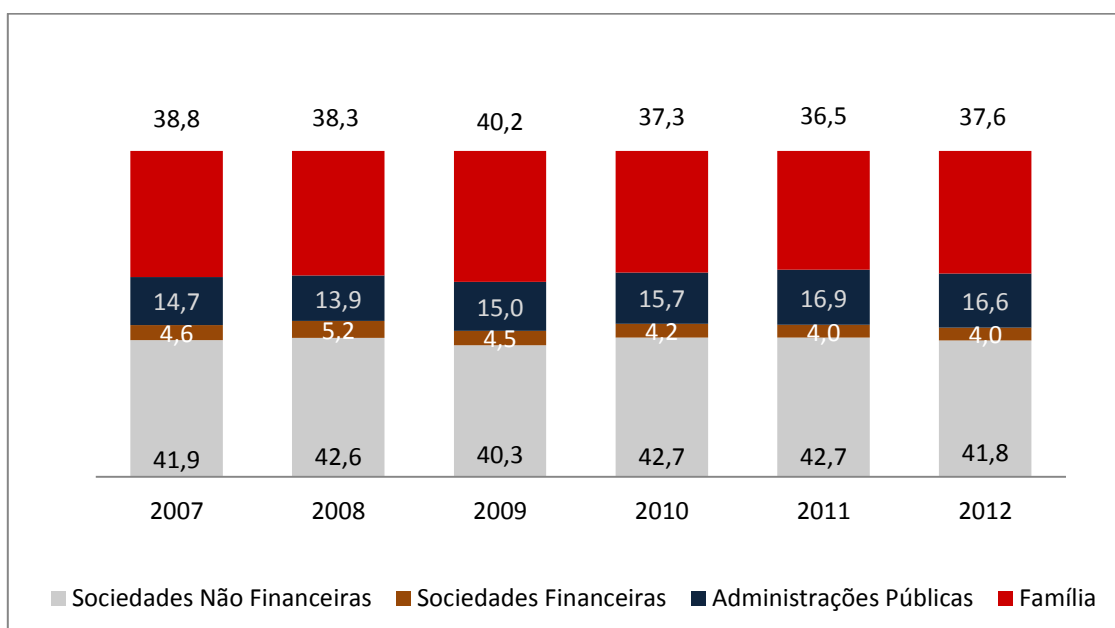
Gráfico 1- Estrutura média do VAB por Sector Institucional (%), 2007 a 2012



Enquanto os sectores da Administração Pública e Financeiro representam, respectivamente, 15,5% e 4,4%.

O gráfico 2 mostra a evolução dos sectores de 2007 a 2012. Pode-se constatar que a estrutura do VAB por sector institucional mostra uma melhoria na contribuição da Administração pública no VAB total que passou de aproximadamente 15% em 2007 para 17% em 2012. Observa-se ainda que a contribuição do sector das sociedades não financeiras, teve anos de alta e de baixa, fluando entre um mínimo de 40,3% e um máximo de 42,7%. Quanto à contribuição do sector das famílias, durante o período em causa, houve uma oscilação entre 36,5% e 40,2%.

Gráfico 2 - Evolução da repartição do VAB por Sector Institucional (%), 2007 a 2012

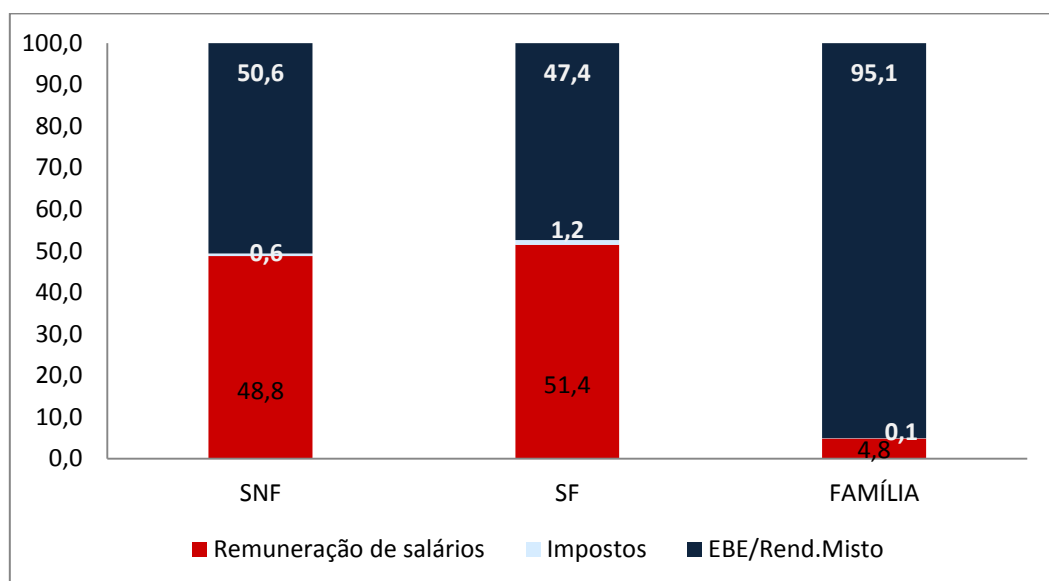


2. Predominância do Excedente Bruto de Exploração / Rendimento Misto na decomposição do Valor Acrescentado

O excedente bruto de exploração (EBE) é o saldo contabilístico obtido pela actividade produtiva e descreve a repartição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) entre os diferentes factores de produção e faz parte da conta de exploração. Os empregos compreendem a remuneração do trabalho que corresponde às despesas com o pessoal e as deduções fiscais (líquidos de subsídios). De salientar, que no caso das empresas em nome individual (ENI) a remuneração do seu próprio trabalho não pode ser vista de forma isolada. O saldo da conta de exploração, após a dedução das remunerações, caso houver, e dos impostos ligados á produção é ainda chamada de “Excedente de Exploração” ou “Rendimento Misto” (no caso das ENI) e corresponde ao seu rendimento total.

O VAB é composto pelos seguintes elementos: Remuneração de salário, Imposto líquido de subsídios sobre a produção e Excedente bruto de exploração e/ou rendimento misto. O Sector institucional Administração publica por ter uma vocação não mercantil, não gera excedente bruto de exploração.

Gráfico 3 - Média dos Componentes do VAB por sector (%), 2007 – 2012

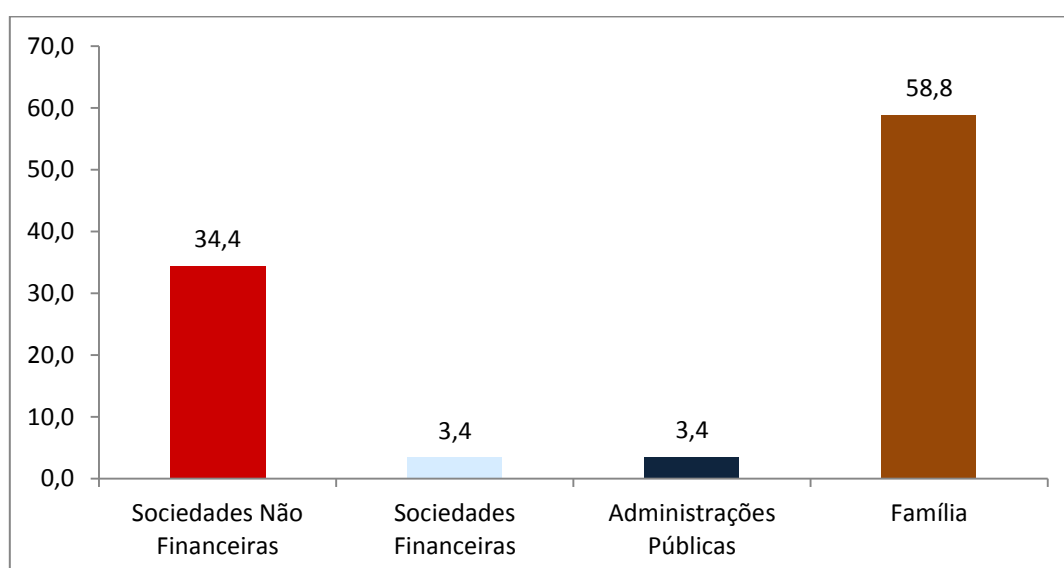


Assim, da análise do gráfico 3, verifica-se que em praticamente todos os sectores (com excepção do Sector financeiro), o excedente bruto de exploração (EBE/Rend.Misto) absorve em média a maior proporção do VAB.

Da leitura dos dados observa-se que o VAB do sector família é composto em média fundamentalmente pelo rendimento misto (95,1%); Este valor integra na sua maior parte o que seria considerado o salário dos proprietários e seus familiares que também são trabalhadores não remunerados nas empresas familiares. As restantes componentes do VAB, as remunerações e os impostos líquidos de subsídios sobre a produção, pagos por esse sector são de longe mais baixos do que nos demais sectores, respectivamente 4,8% e 0,1%. O VAB das sociedades não financeiras é constituído principalmente pelo excedente bruto de exploração (50,6%) e remuneração de salário (48,8%). No que concerne às sociedades financeiras, mais de metade do VAB é formado por remuneração de salário (51,4%). O remanescente é repartido entre o EBE e o imposto líquido de subsídios sobre a produção com 47,4% e 1,2% respectivamente.

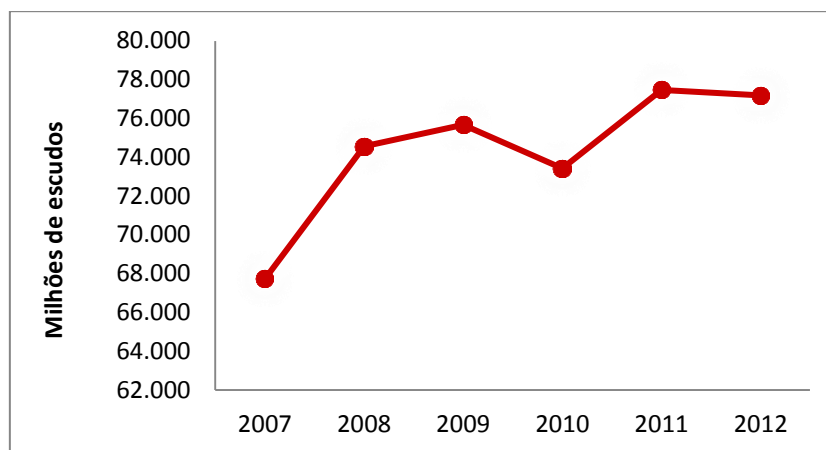
Em termos de análise por sector, constata-se que o sector das Famílias em média contribui com 58,8% seguido das sociedades não financeiras com 34,4%. As sociedades financeiras e as administrações públicas representam um total de 6,8%. Sendo que no sector da Administração publica o Valor do EBE corresponde ao consumo de capital fixo.

Gráfico 4 - Estrutura média do Excedente Bruto de Exploração (%), 2007 a 2012



Como se depreende do gráfico 5, abaixo, o Excedente Bruto de Exploração/Rend.misto passou de 67.726 milhões de escudos em 2007 para 77.181 milhões de escudos em 2012, correspondendo a um valor médio do período, de 74.335 milhões de escudos para o total da economia nacional. Da análise do gráfico constata-se ainda uma tendência ascendente do EBE/Rend.misto, com períodos de aumentos significativos, nomeadamente entre 2007 e 2008 e 2010 e 2011.

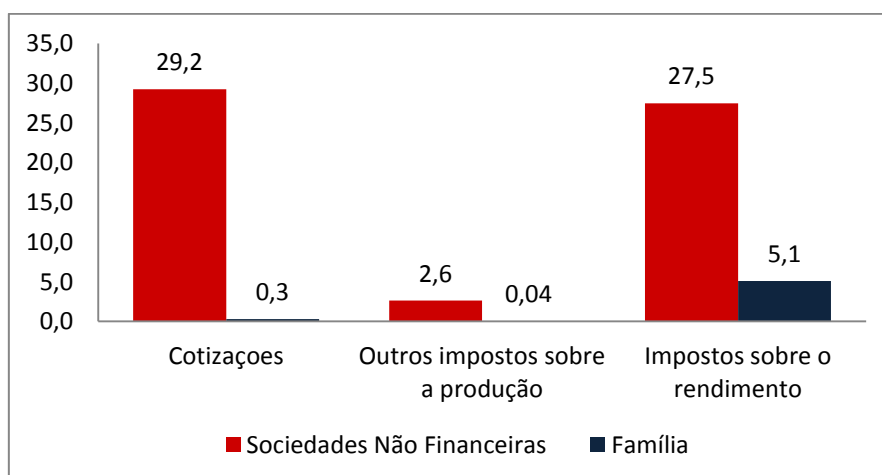
Gráfico 5 - Evolução do Excedente Bruto de Exploração/rend.misto médio no período 2007 – 2012 (em Milhões de Escudos)



3. Reforço dos Descontos Obrigatórios

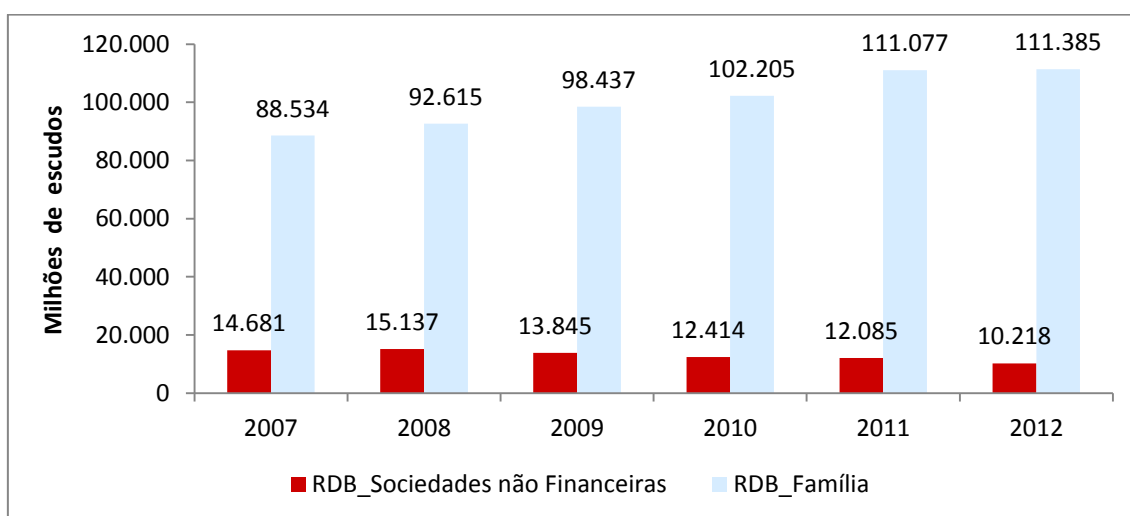
Como foi mencionado anteriormente, parte substancial dos recursos da administração pública provêm das contribuições obrigatórias (impostos, contribuições sociais) que recebe, directa ou indirectamente de outra entidade pública, ou transferências obrigatórias junto de outras unidades institucionais.

Gráfico 6 - Média das Cotizações e Impostos pagos pelos Sectores, Sociedades não Financeiras e Famílias (%), (2007-2012)



O gráfico acima ilustra que em média, as sociedades não financeiras canalizam cerca de 29,2% do seu rendimento disponível bruto ao pagamento das cotizações (D.12) e 27,5% aos impostos sobre o rendimento (D.51). Apenas 2,6% é canalizado ao pagamento de outros impostos sobre a produção. Relativamente ao sector das famílias, a fatia maior do seu rendimento disponível bruto é destinada ao pagamento dos impostos sobre o rendimento (D.51), cerca 5,1% e 0,3% ao pagamento das cotizações. Apenas uma ínfima parte do rendimento, 0,04%, é reservada ao pagamento de outros impostos sobre a produção (D.29).

Gráfico 7 - Evolução do Rendimento Disponível Bruto por Sector, 2007 a 2012



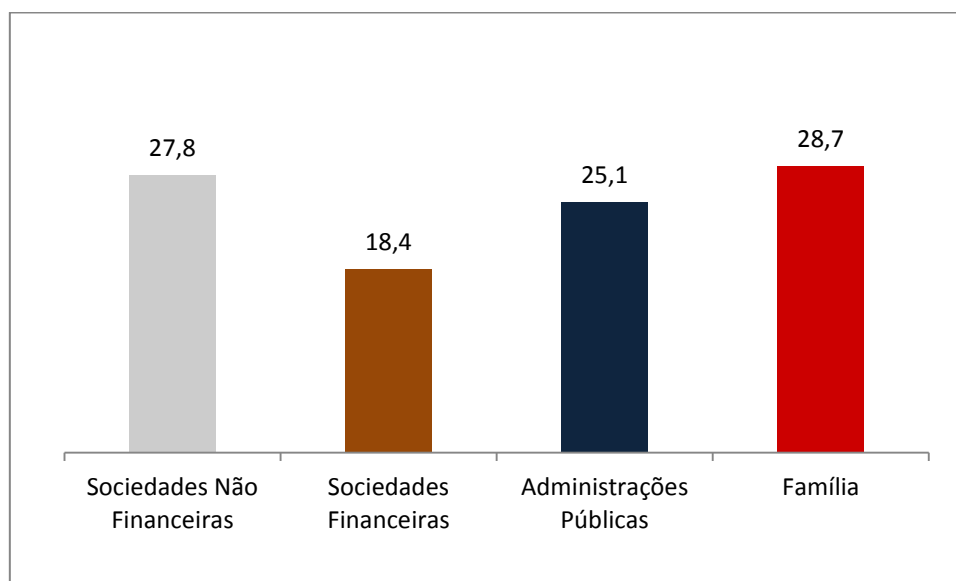
Os dados comprovam que no sector das famílias, o rendimento disponível bruto (RDB) passou de 88.534 milhões de escudos em 2007, para 111.385 milhões de escudos em 2012, atingindo um valor médio do período na ordem dos 100.709 milhões. No entanto, no sector das sociedades não financeiras, o RDB cifrou-se em 14.681 milhões de escudos em 2007 e 10.218 milhões de escudos em 2012, atingindo um valor médio de 13.064 milhões de escudos no período em análise.

4. Flutuação da Poupança

A poupança nacional é obtida a partir do rendimento disponível deduzido de consumo final. Concretamente, no quadro das contas dos sectores e na actual Tabela de Contas Económicas Integradas (TCEI), a poupança constitui o saldo da Conta de Utilização de Rendimentos e representa a capacidade do sector para garantir o financiamento dos seus investimentos (FBCF) ou de financiar os demais sectores.

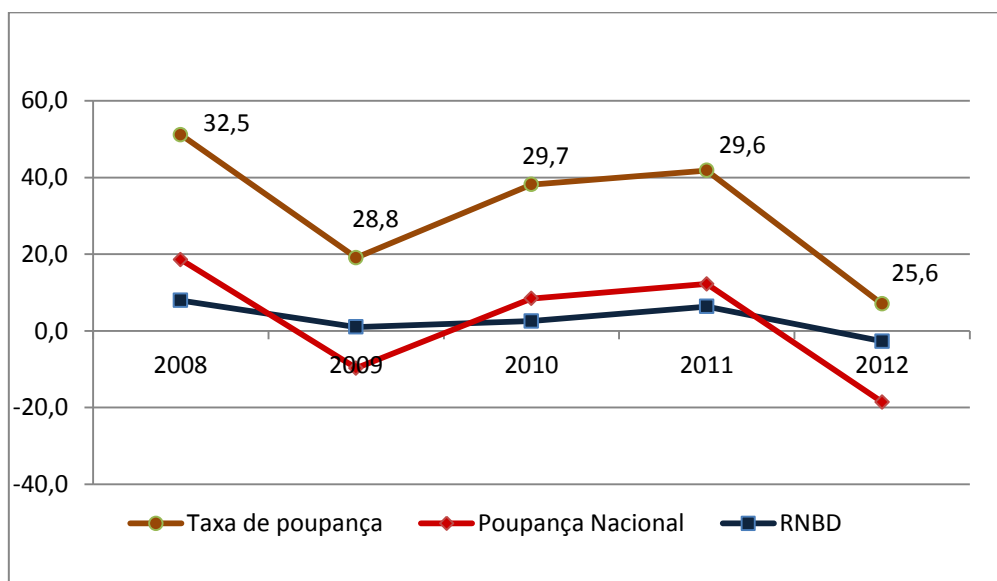
A poupança média nacional rondou os 46.976 milhões de escudos no período de 2007 a 2012. Contudo, ela apresentou o nível mais favorável entre 2008 e 2011 e o nível mais baixo em 2012. (Ver anexo 9)

Gráfico 8 - Estrutura média da Poupança por Sector Institucional (%), 2007 a 2012



De acordo com o gráfico 8, em média, o sector que mais contribuiu para a poupança nacional é o sector das famílias com 28,7%, seguido do sector das sociedades não financeiras com 27,8%.

Gráfico 9 - Evolução do Rendimento Nacional Disponível Bruto e da Poupança Nacional (%), 2007 a 2012



Quanto à taxa de poupança nacional bruta que corresponde ao peso desta no Rendimento Nacional Disponível Bruto, observa-se que apresentou uma tendência de queda, passando de 32,5% em 2007 para 25,6% em 2012. Constata-se que este rácio evolui na razão inversa do consumo final no caso dos sectores, Administração pública e Família.

5. Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo

A formação bruta de capital fixo é um indicador do investimento que impulsiona o crescimento da riqueza real da economia, determinada pelo estoque de capital fixo. É composta por bens de capital e activos fixos.

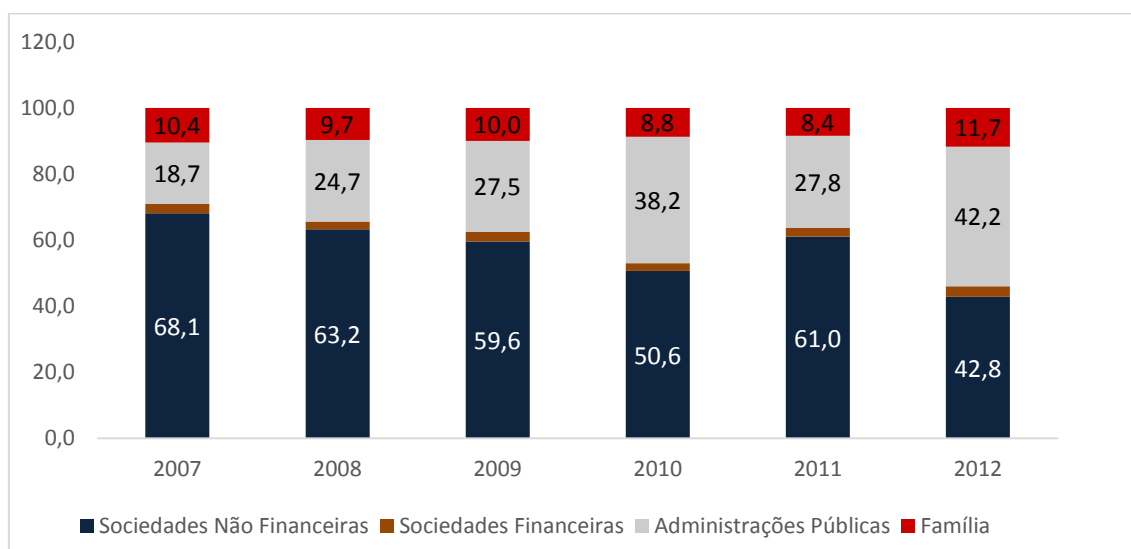
Conforme se pode aferir nos dados em anexo 25, a formação bruta de capital fixo oscilou ao longo dos anos, passou de 53.944 milhões de escudos em 2007, para 52.844 milhões de escudos em 2012.

Tabela 1 - Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo por Sector, 2007 - 2012 (%)

Sectores	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	-1,4	-13,9	1,6	33,1	-46,4
Sociedades Financeiras	-9,4	14,1	-3,1	26,4	-8,1
Administração Pública	40,4	1,7	66,2	-19,6	16,0
Famílias	-1,4	-6,1	5,6	5,7	6,4
Total	6,2	-8,6	19,7	10,4	-23,6

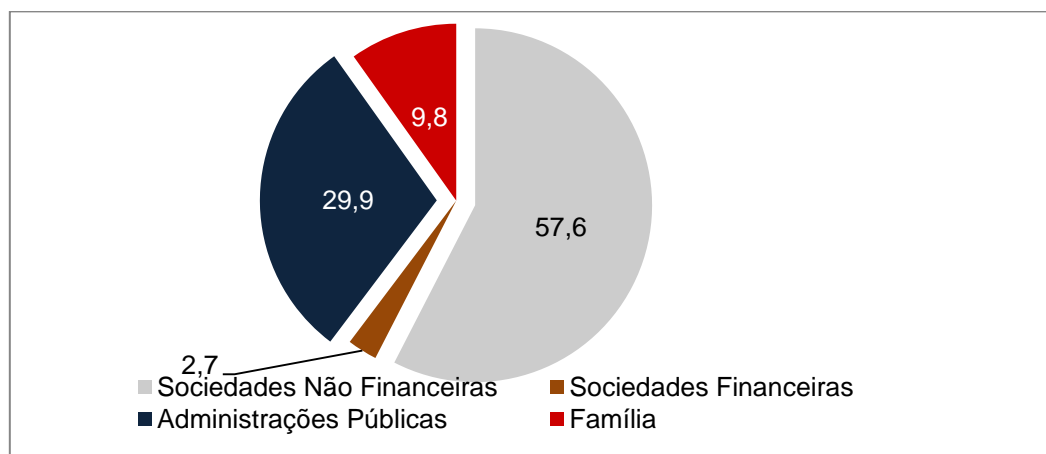
Em termos de análise da FBCF por sector, verifica-se que em média o sector sociedades não financeiras e o das administrações públicas são responsáveis por cerca 87% do total da FBCF no período em apreço. No tocante às administrações públicas houve anos em que o valor de 10.085,4 milhões de escudos registado em 2007 mais do que duplicou, nomeadamente em 2009 e 2012 em que alcançou os valores de 23.935 e 22.844 milhões de escudos. A taxa de variação mais elevada alcançada por esse sector aconteceu em 2010 (66,2%) e a mais baixa em 2011 (-19,6%).

Gráfico 10 - Evolução da Estrutura da Formação Bruta de Capital Fixo por Sector (%), 2007 a 2012



A evolução da estrutura da FBCF no período em referência, indica que, o peso das sociedades não financeiras passou de 68% (em 2007) para 43% (em 2012). O contrário aconteceu com o Sector das administrações públicas que melhorou a sua contribuição na FBCF na ordem de 23 p.p, passando de 18,7% em 2007 para 42% em 2012.

Gráfico 11 - Contribuição Média dos Sectores na Formação Bruta de Capital Fixo (%) (2007 – 2012)



A leitura do gráfico 13 permite concluir, que o sector das sociedades não financeiras e o das administrações públicas apresentaram, em média, as percentagens mais elevadas, na estrutura da FBCF, 57,6% e 29,9% respectivamente. O sector das famílias (9,8%) e das sociedades financeiras (2,7%) registaram taxas mais baixas.

Gráfico 12 - Evolução da Taxa de Investimento Nacional (%), 2007 a 2012



Relacionando a FBCF com o VAB, constata-se que, no período em análise, a mais alta taxa de investimento para o total de economia registou-se em 2010 e 2011, 45,2% e 46,7% respectivamente. A mais baixa taxa verificou-se em 2012 e rondou os 35,1% (ver quadro em anexo 35). Em média registou-se uma taxa de investimento para o total da economia em torno de 42,1% no período 2007-2012.

6. Situação Económica, 2007 à 2012

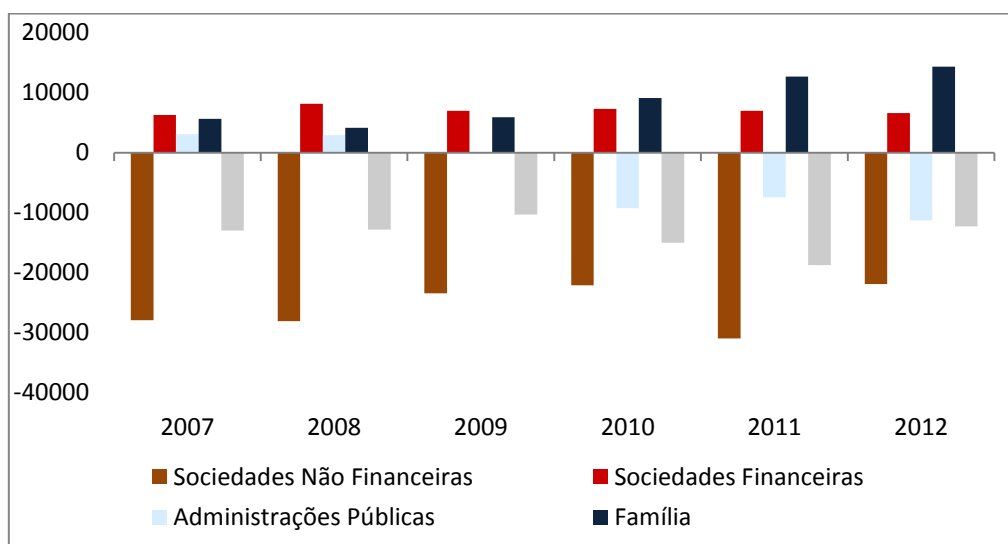
Em termos nominais a economia cabo-verdiana evoluiu progressivamente ao longo do período em análise atingindo uma taxa de variação média nominal de 4,3%. No período em referência, o PIB atingiu um valor médio de 138.233 milhões de escudos.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) contribuiu em média com 86,9 % do Produto Interno Bruto. O rendimento Disponível Bruto (RDB) apresentou ao longo do período taxas de variação positivas excepto em 2012 (-2,7%). No entanto, a média do período 2007 - 2012 situou-se em torno de 3,0%. A poupança oscilou ao longo dos anos, tendo registado taxas de variação negativas em 2009 (-10,7%) e 2012 (-15,8%), pelo que a variação média negativa do período 2007-2012 de -0,8%.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou também oscilações consideráveis ao longo do período em análise, tendo alcançado a taxa de variação média na ordem de 0,8%.

A Capacidade/Necessidade Líquida de Financiamento é, como o próprio nome indica, a disponibilidade ou não de recursos que cada sector institucional possui ou precisa para se financiar. Quando numa economia a capacidade de alguns sectores não é suficiente para suprir as necessidades de financiamento dos outros sectores, este deficit é coberto pelo resto do mundo.

Gráfico 13 - Capacidade financiamento/Neccsidade de financiamento (Milhões de escudos)



Como se depreende da leitura do gráfico, o total da economia, ao longo do período em menção, registou necessidade de financiamento, ocasionado sobretudo pelos sectores, sociedades não financeiras administrações públicas, este ultimo de 2010 em diante. A capacidade de financiamento das administrações públicas em 2007 cifrou-se em 3.046,3 milhões de escudos, representando cerca de 2,5% do PIB. Em 2008 sofreu um decréscimo, na ordem dos 4,0%, ficando em cerca de 2,2% do PIB. A queda registada foi determinada pela descida brusca das transferências de capital a receber. Nos dois primeiros anos a emissão dos bilhetes de tesouro, pelo tesouro público, cifrou-se em 2.944 milhões de escudos e 592 milhões de escudos.

De salientar, que nos últimos três anos registou-se diminuição na emissão dos bilhetes do tesouro.

A necessidade de financiamento das administrações públicas agravou-se em 2009, situando-se em torno de -182,7 milhões de escudos, cerca de -0,1% do PIB. Este agravamento, explica-se fundamentalmente pela diminuição das receitas em torno de 7,5%, enquanto que as despesas aumentaram quase na mesma proporção, 8,0%. De salientar ainda que, o rendimento disponível bruto (RDB), a poupança e os impostos sobre o rendimento desse sector decresceram 5,3%,-26,4% e 7,5% respectivamente).

No caso dos restantes sectores, famílias e sociedades financeiras, verificou-se uma capacidade de financiamento, mas mesmo assim insuficiente para cobrir as necessidades de financiamento dos outros sectores institucionais e conseqüente da economia no seu todo.

7. Endividamento das Sociedades não Financeiras

Ao longo do período as sociedades não financeiras registaram necessidades de financiamento, o que significa que este sector tem de recorrer aos outros sectores para se financiar. A necessidade de financiamento deste sector deveu-se, por um lado, á queda da sua poupança de, 14.681 milhões de escudos, em 2007 para 3.329 milhões de escudos, em 2012 (ver anexo 29) e por outro à Formação Bruta de Capital Fixo que aumentou ao longo dos anos, tendo atingido o valor mais elevado em 2011, de cerca de 42.190 milhões de escudos. Em 2012, embora a FBCF tenha caído para quase metade do montante do ano anterior, 22.601 milhões de escudos, ficou, mesmo assim, muito acima da poupança desse sector. De referir ainda, que os rendimentos de propriedade aumentaram substancialmente, passando de 7.515 milhões de escudos em 2007, para 18.973 milhões de escudos em 2012.

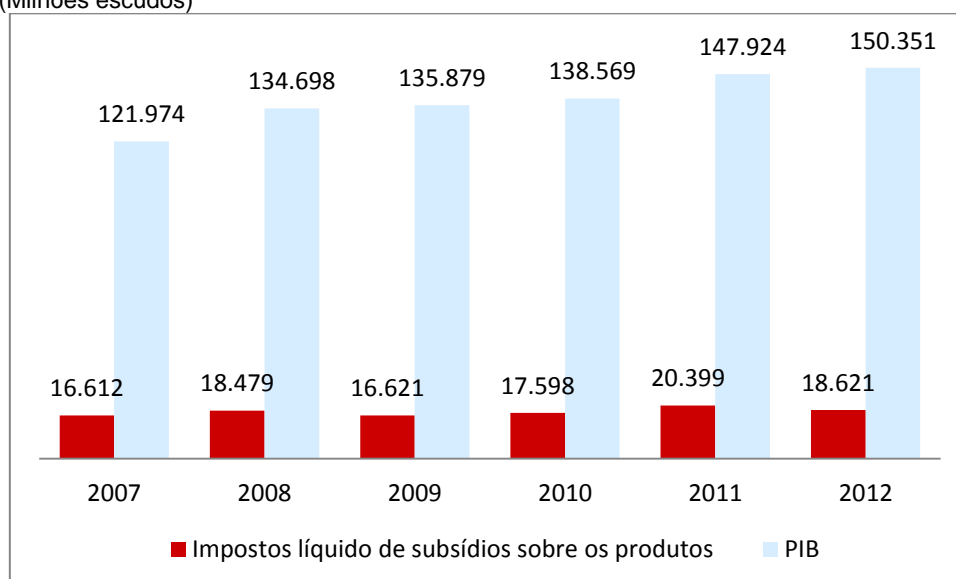
B. Principais Agregados

1. Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) é o indicador síntese das contas nacionais. No período em análise o PIB nominal cresceu progressivamente, passando de 121.974 milhões de escudos em 2007 para 150.351 milhões de escudos em 2012. De realçar que em 2009 e 2012 o PIB cresceu a taxas mais baixas, devido a queda dos impostos líquidos sobre os produtos.

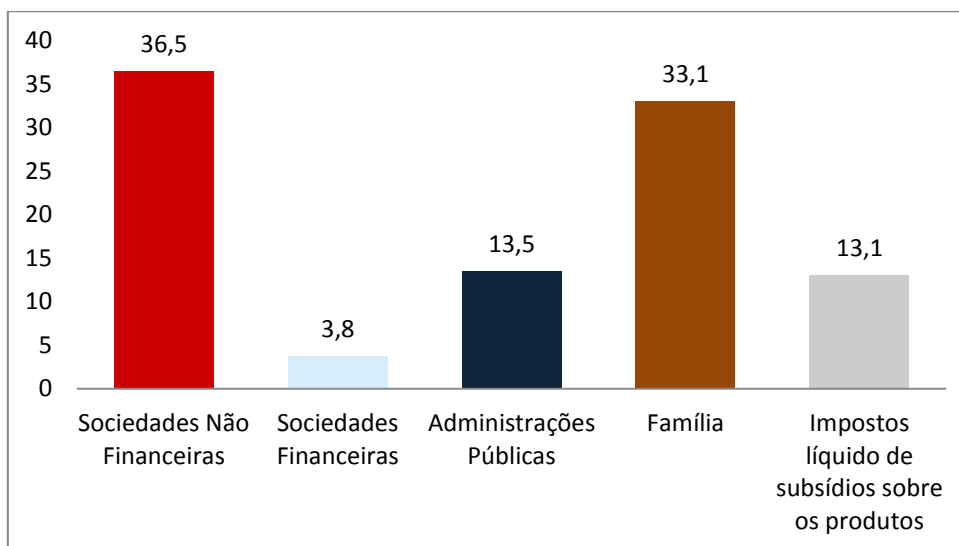
Gráfico 14 - Evolução do PIB e dos Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos

(Milhões escudos)



Da leitura do gráfico 15, depreende-se que as sociedades não financeiras contribuíram com 36,5% do PIB, seguindo-se o sector família (33,1%), as administrações públicas (13,5%) e os impostos (13,1%). Por último, as sociedades financeiras que contribuíram com níveis relativamente baixos, representando apenas 3,8% do PIB.

Gráfico 15 - Estrutura média do PIB (%), 2007 a 2012

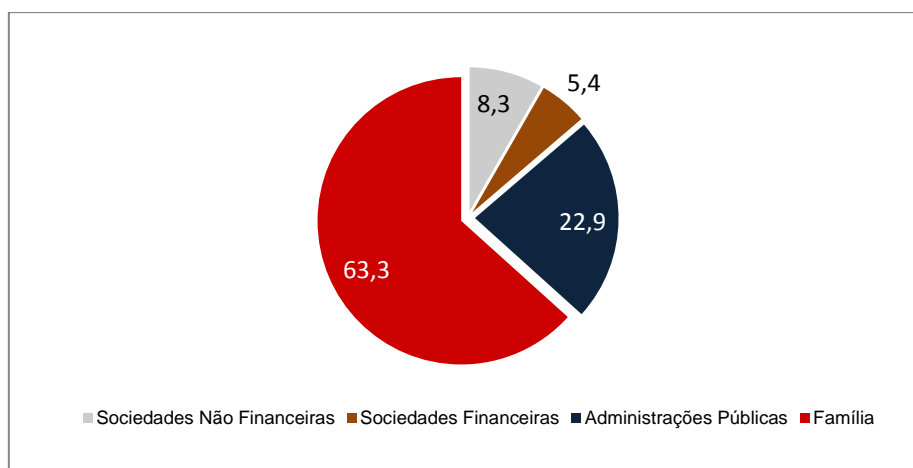


2. Rendimento Nacional Disponível Bruto

O rendimento Nacional Disponível Bruto (RNDB) é obtido a partir do Rendimento Nacional Bruto (RNB), corrigido das outras transferências correntes líquidas recebidas do exterior, entre os quais, impostos directos, salários e outras transferências correntes.

O Rendimento Nacional Disponível Bruto passou de 143.668 milhões de escudos em 2007 para 166.136 milhões de escudos em 2012. Examinando a contribuição média dos sectores no RNDB, verifica-se que o sector da família deteve uma maior proporção (63,3%). O sector da administração pública contribuiu com 22,9% e em última posição as sociedades financeiras e não financeiras que juntos somaram 13,7%.

Gráfico 16 - Estrutura média do Rendimento Nacional Disponível Bruto por Sector Institucional (%), 2007 a 2012



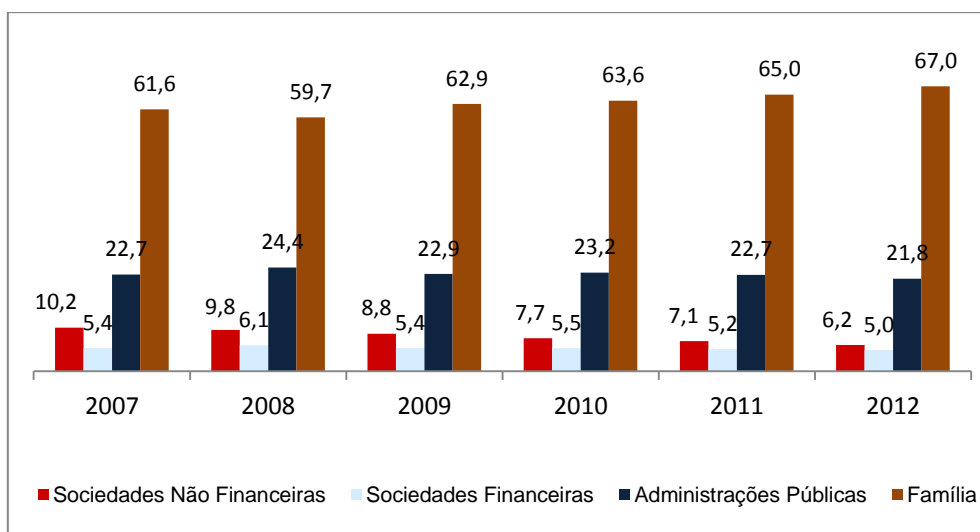
Pode-se verificar na tabela abaixo, que os principais componentes dos rendimentos recebidos/obtidos pelo sector das Famílias, foram, no período em análise, essencialmente, as remunerações dos empregados que em média representaram 38,7% seguido do rendimento de exploração com 37,5%. Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie e as transferências que juntas compõem a rubrica “outros” representaram em média, 22,2% do total. Os rendimentos de propriedade que são os juros e dividendos correspondem a menor fatia (1,6%).

Tabela 2 - Evolução dos Componentes dos rendimentos recebidos/obtido pelas famílias (%), 2007 a 2012

Componentes dos rendimentos recebidos/obtidos pelas famílias	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média 2007-2012
Remuneração dos empregados	36,8	38,2	37,5	39,4	38,5	41,7	38,7
Rend. de propriedade (Sem SIFIM)	0,8	1,4	1,3	1,3	2,1	2,6	1,6
Rendimento de exploração	38,7	39,5	40,1	35,9	34,6	36,3	37,5
Outros	23,7	20,8	21,1	23,3	24,7	19,4	22,2

Relativamente à evolução da contribuição dos sectores no RNDB, no gráfico 17 abaixo, o Sector das Sociedades não financeiras viu a sua contribuição cair de forma continua ao longo de todo o período. O Sector da Administração Pública e o das Sociedades financeiras tiveram ligeiras flutuações.

Gráfico 17 - Evolução da Estrutura do Rendimento Nacional Disponível Bruto por Sector Institucional (%), 2007 a 2012

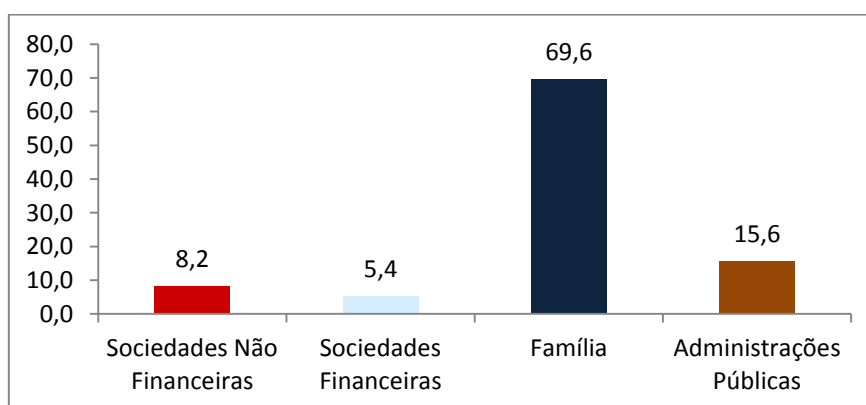


A contribuição do sector das famílias no RNDB teve uma tendência crescente, no período em apreço, isso após uma ligeira queda registada em 2008.

3. Rendimento Disponível Ajustado

O rendimento disponível ajustado (RDA) inclui o conceito de consumo final efectivo que consiste nos bens e serviços adquiridos por unidades institucionais residentes, para a satisfação directa de necessidades, quer individuais, quer colectivas.

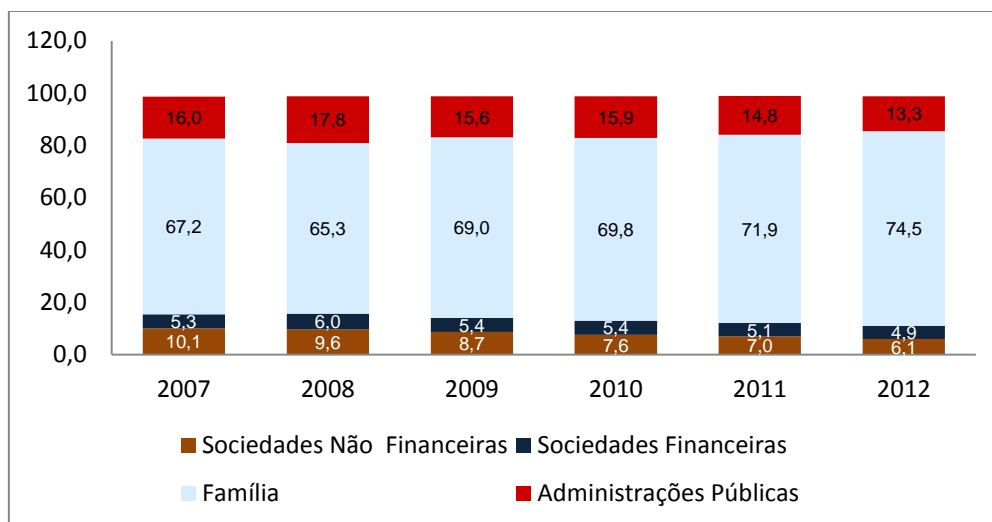
Gráfico 18 - Estrutura Média do Rendimento Ajustado por Sector (%), 2007 a 2012



No período em análise, o rendimento disponível ajustado (RDA) cresceu em média 3,0%. O sector que mais contribuiu para o rendimento disponível ajustado (RDA) é o das famílias com 69,6%, seguindo-se o das administrações públicas com 15,6%. As

sociedades não financeiras e as Financeiras participaram respectivamente com 8,2% e 5,4%. De realçar que as transferências sociais em espécie ao longo do período cresceram em média 8,3%.

Gráfico 19 - Estrutura do Rendimento Ajustado por Sector (%), 2007 a 2012



Da leitura do gráfico conclui-se que o sector das famílias e o das administrações públicas, comparativamente com outros sectores, representam o maior peso no total do rendimento disponível ajustado (RDA). Ao longo dos anos, no sector das famílias, o RDA tem aumentado progressivamente, apesar de se notar quedas, mas não significativas, em alguns anos. Em 2007 representou 67,2% do total do RDA e em 2012 aumentou mais 7,3 pontos percentuais, atingindo 74,5%.

As administrações públicas contribuíram com 16,0% em 2007 e 13,3% em 2012. A queda registada deveu-se à diminuição das despesas do consumo final que passou de 27.401 milhões de escudos em 2011 para 25.963 milhões de escudos em 2012. De salientar, que as transferências sociais em espécie e as prestações sociais cresceram progressivamente ao longo dos anos. O peso das sociedades não financeiras e financeiras em média foi de 8,2 % e 5,4% respectivamente.

4. Despesas de Consumo Final e Consumo Final Efectivo

É importante frisar, que os serviços colectivos prestados pelo sector das Administrações públicas são todos classificados como despesa de consumo final.

A despesa de consumo final é a despesa com bens e serviços utilizados pelas famílias, ISFLSF e administrações públicas para satisfazer necessidades individuais e colectivas. Em contrapartida, o consumo final efectivo refere-se à aquisição de bens e

serviços de consumo, ou seja é igual à soma do consumo final efectivo, do sector Família e do sector Administração pública.

Resumindo, o consumo final efectivo total é igual à despesa de consumo final total.

Tabela 3 - Evolução da Despesa do Consumo Final (%), 2007 a 2012

Sectores	2008	2009	2010	2011	2012
Administração Pública	6,8	8,7	3,4	7,3	-5,2
Famílias	6,6	6,1	0,6	6,3	5,2
Total	6,7	6,6	1,2	6,6	2,8

Os dados confirmam uma tendência de crescimento do consumo final a uma taxa média do período de 4,8% e uma contribuição média para o PIB de 81%. Conforme pode-se aferir da tabela 3 acima, em 2010 houve um abrandamento do ritmo de crescimento do consumo final, tanto a nível do Sector das administrações públicas, como do Sector Família e consequentemente no Consumo Final Nacional, 3,4%, 0,6% e 1,2% respectivamente. No sector das administrações públicas em 2012 registou-se uma queda na ordem dos 5,2%.

Tabela 4 - Evolução do Consumo Individual e Colectivo, nominal, no Sector das Administração Públicas, 2007 a 2012

Consumo Final	2007	2008	2009	2010	2011	2012
APU - INDIVIDUAL	9.444	10.090	10.441	11.504	12.296	12.057
Taxa de Variação%		6,8	3,5	10,2	6,9	-1,9
APU - COLECTIVO	11.852	12.650	14.267	14.033	15.105	13.906
Taxa de Variação%		6,7	12,8	-1,6	7,6	-7,9
Total	21.296	22.739	24.708	25.536	27.401	25.963

As despesas de consumo final, individual passaram de 9.444 a 12.057 milhões de escudos entre 2007 e 2012, enquanto que as colectivas, para os mesmo anos, os montantes foram 11.852 e 13.906 milhões de escudos. Em 2012 tanto as despesas de consumo individual com as colectivas do sector das administrações públicas registaram queda de 1,9% e 7,9% respectivamente. No período em referência, as despesas de consumo individual atingiram em média 10.972 milhões de escudos e as de consumo colectivo 13.635 milhões de escudos.

Os dados na tabela a seguir mostram que, grande parte do rendimento disponível bruto nacional é absorvida pelo consumo final sendo que o sector das famílias fica com a maior fatia. No período em análise, em média o consumo final representa 69,5% do RNDB, sendo que 54,9% corresponde ao CF do sector Família e 15,5% ao CF do Sector Administrações públicas.

Tabela 5 - Estrutura do Consumo Final em relação ao Rendimento Nacional Bruto Disponível 2007-2012 (%)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média 2007-2012
CF-APU	14,8	14,7	15,8	15,9	16,0	15,6	15,5
CF- Família	53,4	52,8	55,5	54,4	54,4	58,8	54,9
CF- Nacional	68,3	67,5	71,2	70,3	70,4	74,4	69,5

Anexos

1 – Contas Setores Institucionais

Anexo 1- Contas das Sociedades não financeiras (S.11), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Código de Op.	Operações	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Conta de Produção							
Recursos							
P.1	Produção	98.373	117.929	106.344	121.058	132.216	133.245
Empregos							
P.2	Consumo Intermédio	54.213	68.373	58.268	69.394	77.818	78.208
B.1	Valor Acrescentado Bruto	44.161	49.556	48.076	51.664	54.398	55.037
Conta de Exploração							
Recursos							
B.1	Valor Acrescentado Bruto	44.161	49.556	48.076	51.664	54.398	55.037
Empregos							
D.1	Remunerações dos empregados	20.275	23.096	22.769	25.577	26.611	29.380
D.11	Ordenados e salários	17.233	19.631	19.353	21.741	22.619	24.973
D.12	Contribuições sociais dos empregadores	3.041	3.464	3.415	3.837	3.992	4.407
D.29	Outros impostos sobre a produção	294	189	351	234	433	459
D.39	Outros subsídios à produção	-40	-41	-29	0	0	0
B.2	Excedente de Exploração	23.632	26.313	24.986	25.853	27.354	25.198
Conta de Distribuição Primária do Rendimento							
Recursos							
B.2	Excedente de Exploração	23.632	26.313	24.986	25.853	27.354	25.198
D.4	Rendimentos de propriedade	2.159	3.016	2.977	2.649	7.326	8.371
D.41	Juros	359	310	452	624	647	861
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades	1.741	2.652	2.480	1.975	6.602	7.451
D.43	Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos	0	0	0	0	0	0
D.44	Rendimentos de Propriedade Atribuídos aos Detentores de Apólices de Seguros	59	55	45	49	76	60
D.45	Renda	0	0	0	0	0	0
Empregos							
D.4	Rendimentos de propriedade	7.515	10.047	10.133	12.421	17.938	18.973
D.41	Juros	2.976	3.434	3.758	4.063	5.403	6.251
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades	3.741	6.415	6.298	8.358	11.603	11.872
D.43	Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos	797	198	77	0	933	850
D.44	Rendimentos de Propriedade Atribuídos aos Detentores de Apólices de Seguros	0	0	0	0	0	0
D.45	Renda	0	0	0	0	0	0

B.5	Saldo líquido de rendimentos primários	18.276	19.283	17.830	16.080	16.741	14.595
Conta de distribuição secundária do rendimento							
Recursos							
B.5	Saldo líquido de rendimentos primários	18.276	19.283	17.830	16.080	16.741	14.595
D.61	Contribuições sociais	0	0	0	0	0	0
D.7	Outras transferências correntes	431	368	337	351	459	460
Empregos							
D.5	Impostos Correntes sobre o Rendimento, Património, etc.	3.033	3.678	3.581	3.137	3.907	3.720
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie						
D.7	Outras transferências correntes	993	836	740	881	1.209	1.117
B.6	Rendimento disponível bruto	14.681	15.137	13.845	12.414	12.085	10.218
Conta de utilização do rendimento							
Recursos							
B.6	Rendimento disponível bruto	14.681	15.137	13.845	12.414	12.085	10.218
Empregos							
B.8	Poupança líquida	14.681	15.137	13.845	12.414	12.085	10.218
Conta de capital							
Recursos							
B.8	Poupança	14.681	15.137	13.845	12.414	12.085	10.218
D.9	Transferências de capital, a receber	8	37	110	133	106	67
D.9	Transferências de capital, a pagar	0	0	0	0	0	0
Empregos							
P.51	Formação bruta de capital fixo	36.739	36.221	31.185	31.697	42.190	22.601
P.52	Variação de existências	5.885	7.017	6.213	2.948	996	2.668
K.2	Aquisições líquidas de cessões de activos não financeiros não produzidos						
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	-27.935	-28.063	-23.443	-22.097	-30.996	-14.984

Anexo 2- Indicadores das Sociedades não Financeiras (S.11), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Produção	98.373	117.929	106.344	121.058	132.216	133.245
Varição anual (%)		19,9	-9,8	13,8	9,2	0,8
Consumo intermédio	54.213	68.373	58.268	69.394	77.818	78.208
Varição anual (%)		26,1	-14,8	19,1	12,1	0,5
Valor acrescentado bruto	44.161	49.556	48.076	51.664	54.398	55.037
Varição anual (%)		12,2	-3,0	7,5	5,3	1,2
Remunerações dos empregados	20.275	23.096	22.769	25.577	26.611	29.380
Varição anual (%)		13,9	-1,4	12,3	4,0	10,4
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	254	148	322	234	433	459
Rendimento de exploração	23.632	26.313	24.986	25.853	27.354	25.198
Varição anual (%)		11,3	-5,0	3,5	5,8	-7,9
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	18.276	19.283	17.830	16.080	16.741	14.595
Impostos correntes sobre o rendimento, património etc.	3.033	3.678	3.581	3.137	3.907	3.720
Varição anual (%)		21,3	-2,6	-12,4	24,5	-4,8
Contribuições sociais	0	0	0	0	0	0
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	0	0	0	0	0	0
Rendimento disponível bruto	14.681	15.137	13.845	12.414	12.085	10.218
Varição anual (%)		3,1	-8,5	-10,3	-2,7	-15,4
Formação bruta de capital fixo	36.739	36.221	31.185	31.697	42.190	22.601
Varição anual (%)		-1,4	-13,9	1,6	33,1	-46,4
Varição de existências	5.885	7.017	6.213	2.948	996	2.668
Formação bruta de capital e activos não produzidos	42.625	43.237	37.398	34.644	43.186	25.269
Activos não produzidos	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências de capital a receber (+)	8,4	37,4	109,7	132,8	106,1	66,9
Transferências de capital a pagar (-)	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Variações do património líquido resultantes de poupança	14.690	15.175	13.955	12.547	12.191	10.285
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	-27.935	-28.063	-23.443	-22.097	-30.996	-14.984

Anexo 3 - Contas das sociedades financeiras (S.12), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Código de Op.	Operações	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Conta de Produção							
Recursos							
P.1	Produção	8.581	10.370	9.357	9.545	9.604	9.743
Empregos							
P.2	Consumo Intermédio	3.737	4.354	4.041	4.426	4.527	4.505
B.1	Valor Acrescentado Bruto	4.844	6.016	5.316	5.119	5.077	5.237
Conta de Exploração							
Recursos							
B.1	Valor Acrescentado Bruto	4.844	6.016	5.316	5.119	5.077	5.237
Empregos							
D.1	Remuneração dos empregados	2.073	2.470	2.574	2.804	3.105	3.235
D.11	Ordenados e Salários	1.588	1.933	2.076	2.291	2.558	2.678
D.12	Contribuições sociais dos empregadores	485	537	498	513	547	558
D.29	Outros impostos sobre a produção	61	63	66	59	55	62
D.39	Outros subsídios à produção	0	0	0	0	0	0
B.2	Excedente de exploração	2.710	3.482	2.676	2.257	1.917	1.940
Conta de Afecção dos Rendimentos Primários							
Recursos							
B.2	Excedente de exploração	2.710	3.482	2.676	2.257	1.917	1.940
D.4	Rendimentos de propriedade	7.560	8.900	8.913	9.719	10.574	10.750
D.41	Juros	7.436	8.771	8.745	9.604	10.278	10.499
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades	123	129	169	116	296	251
Empregos							
D.4	Rendimentos de propriedade	3.075	3.662	3.921	4.084	4.670	5.337
D.41	Juros	2.419	2.789	3.108	3.340	3.735	4.486
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades	554	741	688	627	795	738
D.44	Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros	103	132	125	117	140	113

B.5	Saldos de rendimentos primários	7.195	8.720	7.668	7.893	7.821	7.353
Conta de Distribuição Secundária do Rendimento							
Recursos							
D.61	Contribuições sociais	233	252	285	288	288	282
D.7	Outras transferências correntes	1.722	2.014	2.044	2.101	2.218	2.118
Empregos							
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento primário	382	358	266	370	326	270
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	233	252	285	288	288	282
D.7	Outras transferências correntes	756	898	944	868	863	895
B.6	<i>Rendimento disponível</i>	7.778	9.479	8.501	8.756	8.849	8.306
Conta de Utilização do Rendimento							
Recursos							
B.6	<i>Rendimento disponível Bruto</i>	7.778	9.479	8.501	8.756	8.849	8.306
Empregos							
D.8	Ajustamento por variação dos direitos das famílias sobre os fundos de pensão	0	0	0	0	0	0
B.8	Poupança	7.778	9.479	8.501	8.756	8.849	8.306
Conta de capital							
Recursos							
B.8	Poupança	7.778	9.479	8.501	8.756	8.849	8.306
D.9	Transferência de capital a receber (+)	0	0	0	0	0	0
D.9	Transferência de capital a pagar (-)	0	0	0	0	0	0
Empregos							
P.51	Formação bruta de capital	1.482	1.343	1.532	1.484	1.877	1.724
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	6.296	8.136	6.969	7.272	6.973	6.582

Anexo 4 - Indicadores das Sociedades Financeiras (S.12), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Produção	8.581	10.370	9.357	9.545	9.604	9.743
Varição anual (%)		20,9	-9,8	2,0	0,6	1,4
Consumo intermédio	3.737	4.354	4.041	4.426	4.527	4.505
Varição anual (%)		16,5	-7,2	9,5	2,3	-0,5
Valor acrescentado bruto	4.844	6.016	5.316	5.119	5.077	5.237
Varição anual (%)		24,2	-11,6	-3,7	-0,8	3,1
Remunerações dos empregados	2.073	2.470	2.574	2.804	3.105	3.235
Varição anual (%)		19	4	9	11	4
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	61	63	66	59	55	62
Rendimento de exploração	2.710	3.482	2.676	2.257	1.917	1.940
Varição anual (%)		28	-23	-16	-15	1
Ajustamentos por serviços bancários imputados	0	0	0	0	0	0
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	7.195	8.720	7.668	7.893	7.821	7.353
Impostos correntes sobre o rendimento, património etc.	382	358	266	370	326	270
Contribuições sociais	233	252	285	288	288	282
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	233	252	285	288	288	282
Rendimento disponível bruto	7.778	9.479	8.501	8.756	8.849	8.306
Poupança	7.778	9.479	8.501	8.756	8.849	8.306
Formação bruta de capital fixo	1.482	1.343	1.532	1.484	1.877	1.724
Varição anual (%)		-9,4	14,1	-3,1	26,4	-8,1
Formação bruta de capital e activos não produzidos	1.482	1.343	1.532	1.484	1.877	1.724
Activos não produzidos	0	0	0	0	0	0
Transferências de capital a receber (+)	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências de capital a pagar (-)	0	0	0	0	0	0
Variações do património líquido resultantes de poupança	7.778	9.479	8.501	8.756	8.849	8.306
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	6.296	8.136	6.969	7.272	6.973	6.582

Anexo 5 - Conta do Sector das Administrações Públicas (S.13), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Código de Op.	Operações	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Conta de Produção							
Recursos							
P.1	Produção	23.332	25.009	27.680	28.454	30.248	29.793
Empregos							
P.2	Consumo Intermédio	7.829	8.828	9.733	9.435	8.734	7.911
B.1	Valor Acrescentado Bruto	15.504	16.181	17.947	19.018	21.514	21.882
Conta de Exploração							
Recursos							
B.1	Valor Acrescentado Bruto	15.504	16.181	17.947	19.018	21.514	21.882
Empregos							
D.1	Remuneração dos empregados	13.337	14.156	15.854	16.686	17.722	18.883
D.11	Ordenados e Salários	13.115	13.825	15.369	16.180	16.988	18.137
	Contribuições sociais dos empregadores	222	331	485	506	734	745
D.29	Outros impostos sobre a produção	0	0	0	0	0	0
B.2	Excedente de exploração	2.167	2.024	2.093	2.332	3.792	3.000
Conta de Afectação dos Rendimentos Primários							
Recursos							
B.2	Excedente de exploração	2.167	2.024	2.093	2.332	3.792	3.000
D.2	Impostos sobre a produção e a importação	17.336	19.684	17.922	18.668	21.444	19.464
D.21	Impostos sobre os produtos	16.948	19.411	17.466	18.350	20.908	18.892
D.29	Outros impostos sobre a produção	387	273	457	318	536	572
D.3	Subsídios (-)	-394	-982	-883	-756	-517	-279
D.31	Subsídios aos produtos	-337	-932	-845	-752	-508	-271
D.39	Outros impostos sobre a produção	-57	-50	-38	-4	-8	-8
D.4	Rendimentos de propriedade	1.807	2.211	3.134	3.537	3.399	3.081
D.41	Juros	917	1.070	1.350	1.602	2.129	2.004
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades	883	1.083	1.740	1.900	1.243	1.052

D.45	Rendas	8	59	43	34	27	25
	Empregos						
D.4	Rendimentos de propriedade	1.896	1.875	1.912	2.239	2.421	3.117
D.41	Juros	1.896	1.875	1.912	2.239	2.421	3.117
B.5	Saldos de rendimentos primários	19.018	21.063	20.354	21.542	25.696	22.150
Conta de Distribuição Secundária do Rendimento							
	Recursos						
B.5	Saldos de rendimentos primários	19.018	21.063	20.354	21.542	25.696	22.150
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento primário	8.299	9.298	8.597	8.522	9.664	9.491
D.61	Contribuições sociais	4.559	5.320	5.538	5.953	5.949	6.784
D.7	Outras transferências correntes	12.710	16.434	15.379	18.214	13.828	13.752
	Empregos						
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	4.741	5.331	5.781	6.138	7.128	7.444
D.7	Outras transferências correntes	7.170	8.959	8.271	10.891	9.237	8.506
B.6	<i>Rendimento disponível</i>	32.674	37.825	35.817	37.203	38.773	36.227
Conta de Redistribuição do Rendimento em Espécie							
	Recursos						
B.6	<i>Rendimento disponível</i>	32.674	37.825	35.817	37.203	38.773	36.227
	Empregos						
D.63	Transferências sociais em espécie	9.335	9.898	11.046	11.327	13.237	13.837
B.7	Rendimento disponível ajustado	23.339	27.926	24.771	25.876	25.536	22.390
Conta de Utilização do Rendimento Disponível							
	Recursos						
B.6	Rendimento disponível	32.674	37.825	35.817	37.203	38.773	36.227
	Empregos						
P.3	Despesa de consumo final	21.296	22.739	24.708	25.536	27.401	25.963
B.7	Rendimento disponível ajustado	23.339	27.926	24.771	25.876	25.536	22.390
Conta de Utilização do Rendimento Disponível Ajustado							
	Recursos						
B.6	Rendimento disponível ajustado	32.674	27.926	24.771	25.876	38.773	22.390

Empregos							
P.4	Consumo final efectivo	11.961	12.841	24.708	14.210	14.164	12.126
B.8	Poupança	11.378	15.085	11.108	11.667	11.372	10.264
Conta de capital							
Recursos							
B.8	Poupança	11.378	15.085	11.108	11.667	11.372	10.264
D.9	Transferência de capital a receber (+)	2.139	2.047	3.560	3.178	879	1.055
D.9	Transferência de capital a pagar (-)	-386	-43	-448	-167	-431	-289
B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança e de transferências de capital	13.132	17.088	14.220	14.678	11.820	11.030
Empregos							
P.51	Formação bruta de capital	10.085	14.164	14.403	23.935	19.236	22.320
B.9	Capacidade (+)/necessidade(-)líquida de financiamento	3.046	2.924	-183	-9.257	-7.416	-11.290

Anexo 6 - Indicadores do Sector das Administrações Públicas (S.13), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Produção	23.332	25.009	27.680	28.454	30.248	29.793
Varição anual (%)		7,2	10,7	2,8	6,3	-1,5
Consumo intermédio	7.829	8.828	9.733	9.435	8.734	7.911
Varição anual (%)		12,8	10,2	-3,1	-7,4	-9,4
Valor acrescentado bruto	15.504	16.181	17.947	19.018	21.514	21.882
Varição anual (%)		4,4	10,9	6,0	13,1	1,7
Remunerações dos empregados	13.337	14.156	15.854	16.686	17.722	18.883
Varição anual (%)		6	12	5	6	7
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	0	0	0	0	0	0
Rendimento de exploração	2.167	2.024	2.093	2.332	3.792	3.000
Varição anual (%)		-7	3	11	63	-21
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	19.018	21.063	20.354	21.542	25.696	22.150
Contribuições sociais	4.559	5.320	5.538	5.953	5.949	6.784
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	4.741	5.331	5.781	6.138	7.128	7.444
Rendimento disponível bruto	32.674	37.825	35.817	37.203	38.773	36.227
Despesas de consumo final	21.296	22.739	24.708	25.536	27.401	25.963
Varição anual (%)		7	9	3	7	-5
Poupança	11.378	15.085	11.108	11.667	11.372	10.264
Varição anual (%)		33	-26	5	-3	-10
Formação bruta de capital fixo	10.085	14.164	14.403	23.935	19.236	22.320
Varição anual (%)		40	2	66	-20	16
Formação bruta de capital e activos não produzidos	10.085	14.164	14.403	23.935	19.236	22.320
Activos não produzidos	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Variações do património líquido resultantes de poupança	13.132	17.088	14.220	14.678	11.820	11.030
Transferências de capital a receber (+)	2.139	2.047	3.560	3.178	879	1.055
Transferências de capital a pagar (-)	-386	-43	-448	-167	-431	-289
Capacidade (+)/necessidade(-)líquida de financiamento	3.046	2.924	-183	-9.257	-7.416	-11.290

Anexo 7 - Conta das famílias (S.14), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Código de Op.	Operação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Conta de produção							
Recursos							
P.1	Produção	68.436	78.791	79.775	80.998	85.638	91.144
Empregos							
P.2	Consumo intermédio	27.582	34.325	31.857	35.829	39.103	41.570
B.1	Valor acrescentado bruto	40.854	44.467	47.919	45.169	46.535	49.574
Conta de exploração							
Recursos							
B.1	Valor acrescentado bruto	40.854	44.467	47.919	45.169	46.535	49.574
Empregos							
D.1	Remunerações dos empregados	1.622	1.719	1.983	2.175	2.087	2.486
D.11	Ordenados e salários	1.379	1.461	1.686	1.849	1.774	2.113
D.12	Contribuições sociais dos empregadores	243	258	297	326	313	373
D.29	Outros impostos sobre a produção	32	21	39	26	48	51
D.39	Outros subsídios à produção	-17	-9	-9	-4	-8	-8
B.2/B.3	Excedente bruto de exploração & rendimento misto bruto	39.216	42.735	45.905	42.972	44.409	47.044
Conta de afectação dos rendimentos primários							
Recursos							
B.2/B.3	Excedente bruto de exploração & rendimento misto bruto	39.216	42.735	45.905	42.972	44.409	47.044
D.1	Remunerações dos empregados	37.222	41.328	42.833	47.160	49.443	54.019
D.11	Ordenados e salários	33.231	36.738	38.138	41.978	43.856	47.954
D.12	Contribuições sociais dos empregadores	3.992	4.591	4.695	5.182	5.586	6.066
D.4	Rendimento de propriedade	793	1.508	1.461	1.606	2.737	3.406
D.41	Juros	636	682	674	1.016	751	1.166
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades	113	749	707	523	1.922	2.187
D.44	Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros	43	77	80	68	64	53

D.45	Rendas						
Empregos							
D.4	Rendimento de propriedade	2.276	3.483	4.047	4.965	4.531	4.664
D.41	Juros	2.268	3.425	4.004	4.931	4.504	4.639
D.45	Rendas	7,52	58,73	43,14	34,18	27,25	24,65
B.5	Saldo de rendimentos primários	74.955	82.088	86.152	86.774	92.057	99.806

Conta de distribuição secundária de rendimento

Recursos							
B.5	Saldo de rendimentos primários	74.955	82.088	86.152	86.774	92.057	99.806
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	4.974	5.583	6.065	6.426	7.416	7.726
D.7	Outras transferências correntes	19.008	16.956	18.096	21.484	24.282	17.421
Empregos							
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.	4.884	5.261	4.750	5.016	5.431	5.501
D.61	Contribuições sociais	4.791	5.572	5.823	6.242	6.237	7.065
D.7	Outras transferências correntes	729	1.179	1.304	1.221	1.009	1.000
B.6	Rendimento disponível bruto	88.534	92.615	98.437	102.205	111.077	111.385

Conta de distribuição de rendimento em espécie

Recursos							
B.6	Rendimento disponível bruto	88.534	92.615	98.437	102.205	111.077	111.385
D.63	Transferências sociais em espécie	9.335	9.898	11.046	11.327	13.237	13.837
Empregos							
B.7	Rendimento disponível ajustado	97.869	102.513	109.483	113.532	124.314	125.222

Conta de utilização de rendimento disponível

Recursos							
B.6	Rendimento disponível bruto	88.534	92.615	98.437	102.205	111.077	111.385
D.8	Ajustamento por variação dos direitos das famílias sobre os fundos de pensão						
Empregos							
P.3	Despesa de consumo final	76.770	81.864	86.839	87.328	92.864	97.656

B.8	Poupança bruta	11.764	10.751	11.598	14.877	18.213	13.729
Conta de distribuição de rendimento disponível ajustado							
Recursos							
B.7	Rendimento disponível ajustado	97.869	102.513	109.483	113.532	124.314	125.222
D.8	Ajustamento por variação dos direitos das famílias sobre os fundos de pensão						
Empregos							
P.4	Consumo final efectivo						
B.8	Poupança bruta	11.764	10.751	11.598	14.877	18.213	13.729
Conta de capital							
Recursos							
B.8	Poupança bruta	11.764	10.751	11.598	14.877	18.213	13.729
D.9	Transferência de capital a receber (+)	386	43	448	167	431	289
D.9	Transferência de capital a pagar (-)						
Empregos							
B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança e de transferências de capital	12.149	10.794	12.046	15.044	18.644	14.018
Recursos							
B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança e de transferências de capital	12.149	10.794	12.046	15.044	18.644	14.018
Empregos							
P.51	Formação bruta de capital fixo	5.637	5.557	5.216	5.509	5.825	6.198
P.52	Variação de existências	901	1.074	951	451	153	409
K.2	Aquisições líquidas de cessões de activos não financeiros não produzidos						
B.9	Capacidade (+)/Necessidade (-) de financiamento	5.611	4.163	5.879	9.083	12.667	7.411

Anexo 8 - Indicadores do sector das famílias (S.14), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Produção	68.436	78.791	79.775	80.998	85.638	91.144
Varição anual (%)		15,1	1,2	1,5	5,7	6,4
Consumo intermédio	27.582	34.325	31.857	35.829	39.103	41.570
Varição anual (%)		24,4	-7,2	12,5	9,1	6,3
Valor acrescentado bruto	40.854	44.467	47.919	45.169	46.535	49.574
Varição anual (%)		8,8	7,8	-5,7	3,0	6,5
Remunerações dos empregados	1.622	2.223	2.396	2.258	2.327	2.479
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	15	12	30	22	40	43
Rendimento de exploração	39.216	42.735	45.905	42.972	44.409	47.044
Varição anual (%)		9,0	7,4	-6,4	3,3	5,9
Saldo dos rendimentos primários/ Rendimento nacional	74.955	82.088	86.152	86.774	92.057	99.806
Impostos correntes sobre o rendimento, património etc.	4.884	5.261	4.750	5.016	5.431	5.501
Varição anual (%)		7,7	-9,7	5,6	8,3	1,3
Contribuições sociais	4.791	5.572	5.823	6.242	6.237	7.065
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	4.974	5.583	6.065	6.426	7.416	7.726
Outras transferências correntes	19.008	16.956	18.096	21.484	24.282	17.421
Rendimento disponível bruto	88.534	92.615	98.437	102.205	111.077	111.385
Varição anual (%)		4,6	6,3	3,8	8,7	0,3
Despesa de consumo final	76.770	81.864	86.839	87.328	92.864	97.656
Varição anual (%)		6,6	6,1	0,6	6,3	5,2
Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões	0	0	0	0	0	0
Poupança	11.764	10.751	11.598	14.877	18.213	13.729
Varição anual (%)		-8,6	7,9	28,3	22,4	-24,6
Formação bruta de capital fixo	5.637	5.557	5.216	5.509	5.825	6.198
Varição anual (%)		-1,4	-6,1	5,6	5,7	6,4
Varição de existências	901	1.074	951	451	153	409
Formação bruta de capital e activos não produzidos	6.538	6.632	6.168	5.960	5.977	6.607
Activos não produzidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Variações do património líquido resultantes de poupança	12.149	10.794	12.046	15.044	18.644	14.018
Capacidade ou necessidade de financiamento	5.611	4.163	5.879	9.083	12.667	7.411

Anexo 9 - Contas de Economia Nacional (S.1), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Código	Operação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Conta de Afectação dos Rendimentos Primários							
Recursos							
B.2/B.3	Excedente bruto de exploração / Rendimento misto bruto	67.726	74.555	75.660	73.414	77.472	77.181
D.1	Remunerações dos empregados	37.222	41.328	42.833	47.160	49.443	54.019
D.11	Ordenados e salários	33.231	36.738	38.138	41.978	43.856	47.954
D.12	Contribuições sociais dos empregadores	3.992	4.591	4.695	5.182	5.586	6.066
D.2	Impostos sobre a produção e a importação	17.336	19.684	17.922	18.668	21.444	19.464
D.21	Impostos sobre os produtos	16.948	19.411	17.466	18.350	20.908	18.892
D.29	Outros impostos sobre produção	387	273	457	318	536	572
D.3	Subsídios (-)	-394	-982	-883	-756	-517	-279
D.31	Subsídios aos produtos	-337	-932	-845	-752	-508	-271
D.39	Outros subsídios á produção (-)	-57	-50	-38	-4	-8	-8
D.4	Rendimentos de propriedade	12.318	15.635	16.486	17.511	24.035	25.608
D.41	Juros	9.348	10.832	11.221	12.846	13.804	14.530
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades	2.860	4.613	5.096	4.514	10.063	10.941
D.44	Rendimento de propriedade atribuídos aos segurados	103	132	125	117	140	113
D.45	Rendas	8	59	43	34	27	25
Empregos							
D.4	Rendimentos de propriedade	14.763	19.067	20.014	23.708	29.561	32.091
D.41	Juros	9.560	11.522	12.783	14.572	16.063	18.493
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades	4.295	7.156	6.987	8.985	12.398	12.611
D.43	Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos	797	198	77	0	933	850
D.44	Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros	103	132	125	117	140	113
D.45	Rendas	8	59	43	34	27	25
B.5	Saldo bruto dos rendimentos primários	119.444	131.153	132.004	131.533	142.316	143.903

Código	Operação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Conta de Distribuição Secundária do Rendimento							
Recursos							
B.5	Saldo bruto dos rendimentos primários	119.444	131.153	132.004	131.533	142.316	143.903
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento primário, património, etc.	8.299	9.298	8.597	8.522	9.664	9.491
D.61	Contribuições sociais	4.791	5.572	5.823	6.242	6.237	7.065
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	4.974	5.583	6.065	6.426	7.416	7.726
D.7	Outras transferências correntes	33.871	35.773	35.855	42.150	40.787	40.641
Empregos		0	0	0	0	0	0
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento primário, património, etc.	8.299	9.298	8.597	8.522	9.664	9.491
D.61	Contribuições sociais	4.791	5.572	5.823	6.242	6.237	7.065
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	4.974	5.583	6.065	6.426	7.416	7.726
D.7	Outras transferências correntes	9.647	11.871	11.259	13.860	12.318	18.409
B.6	Rendimento disponível bruto	143.668	155.055	156.600	160.579	170.784	166.136
Conta de Distribuição do Rendimento em Espécie							
Recursos							
B.6	Rendimento disponível bruto	143.668	155.055	156.600	160.579	170.784	166.136
D.63	Transferências sociais em espécie	9.335	9.898	11.046	11.327	13.237	13.837
Empregos							
D.63	Transferências sociais em espécie	9.335	9.898	11.046	11.327	13.237	13.837
B.7	Rendimento disponível ajustado	143.668	155.055	156.600	160.579	170.784	166.136
Conta de Utilização do Rendimento Disponível							
Recursos							
B.6	Rendimento disponível bruto	143.668	155.055	156.600	160.579	170.784	166.136
Empregos							
P.3	Despesa de consumo final	98.067	104.603	111.547	112.865	120.265	123.619
B.8	Poupança bruta	45.602	50.452	45.053	47.714	50.519	42.517
Conta de Capital							

Recursos							
B.8	Poupança	45.602	50.452	45.053	47.714	50.519	42.517
D.9	Transferência de capital a receber	2.533	2.127	4.118	3.478	1.416	1.411
D.9	Transferência de capital a pagar	-386	-43	-448	-167	-431	-289
B.10.1	Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e de transferências de capital	47.749	52.536	48.723	51.025	51.504	43.639
Empregos							
P.51	Formação bruta de capital fixo	53.944	57.285	52.337	62.625	69.128	52.844
P.52	Varição de existências	6.787	8.091	7.164	3.399	1.149	3.076
K.2	Aquisições líquidas de cessões de activos não financeiros não produzidos	0	0	0	0	0	0
B.9	Capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento	-12.981	-12.840	-10.778	-14.999	-18.773	-12.282

Anexo 10 - Indicadores de Economia Nacional (S.1), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Produção	198.723	232.099	223.156	240.055	257.706	263.924
Varição anual (%)		16,8	-3,9	7,6	7,4	2,4
Consumo intermédio	93.361	115.880	103.898	119.085	130.181	132.194
Varição anual (%)		24,1	-10,3	14,6	9,3	1,5
Valor acrescentado bruto	105.362	116.219	119.258	120.970	127.525	131.730
Varição anual (%)		10,3	2,6	1,4	5,4	3,3
Remunerações dos empregados	37.307	41.441	43.179	47.242	49.525	53.984
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre os produtos	16.612	18.479	16.621	17.598	20.399	18.621
Varição anual (%)		11,2	-10,1	5,9	15,9	-8,7
Produto Interno Bruto	121.974	134.698	135.879	138.569	147.924	150.351
Varição anual (%)		10,4	0,9	2,0	6,8	1,6
Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção	330	223	418	314	528	564
Rendimento de exploração	67.726	74.555	75.660	73.414	77.472	77.181
Varição anual (%)		10,1	1,5	-3,0	5,5	-0,4
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	119.444	131.153	132.004	132.289	142.316	143.903
Impostos correntes sobre o rendimento, património etc.	8.299	9.298	8.597	8.522	9.664	9.491
Varição anual (%)		12,0	-7,5	-0,9	13,4	-1,8
Rendimento disponível bruto	143.668	155.055	156.600	160.579	170.784	166.136
Varição anual (%)		7,9	1,0	2,5	6,4	-2,7
Despesas de consumo final	98.067	104.603	111.547	112.865	120.265	123.619
Varição anual (%)		6,7	6,6	1,2	6,6	2,8
Poupança	45.602	50.452	45.053	47.714	50.519	42.517
Varição anual (%)		10,6	-10,7	5,9	5,9	-15,8
Formação bruta de capital fixo	53.944	57.285	52.337	62.625	69.128	52.844
Varição anual (%)		6,2	-8,6	19,7	10,4	-23,6
Varição de existências	6.787	8.091	7.164	3.399	1.149	3.076
Formação bruta de capital fixo	60.730	65.376	59.501	66.024	70.277	55.921
Variações do património líquido resultantes de poupança	47.749	52.536	48.723	51.025	51.504	43.639
Capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento	-12.981	-12.840	-10.345	-14.999	-18.773	-12.282

Anexo 11 - Contas do Resto do Mundo (S.2), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Código de Op.	Operações	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Conta externa de bens e serviços							
Recursos							
P.7	Importações de bens e serviços	80.755	84.979	77.396	85.591	95.159	89.978
P.71	Importações de bens	63.163	66.202	58.642	66.556	76.791	68.287
P.72	Importações de serviços	17.592	18.777	18.755	19.035	18.368	21.692
Empregos							
P.6	Exportações de bens e serviços	43.932	49.698	42.228	45.271	52.541	60.790
P.61	Exportações de bens	2.207	3.117	2.972	4.299	5.828	5.427
P.62	Exportações de serviços	41.725	46.581	39.256	40.972	46.713	55.363
B.11	Saldo externo de bens e serviços	36.823	35.281	35.169	40.320	42.618	29.188
Conta externa dos rendimentos primários e transferências correntes							
Recursos							
B.11	Saldo externo de bens e serviços	36.823	35.281	35.169	40.320	42.618	29.188
D1	Remuneração dos empregados	118	180	376	126	151	153
D.4	Rendimentos de propriedade	4.565	5.411	4.842	7.324	6.582	7.362
D.41	Juros	2.333	2.658	2.774	2.853	3.314	4.843
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades	1.435	2.555	1.891	4.471	2.335	1.670
D.43	Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos	797	198	177	0	933	850
D.45	Rendas	0	0	0	0	0	0
D.61	Contribuições sociais	0	0	0	0	0	0
D.7	Outras transferências correntes	8.376	7.878	6.160	5.726	7.319	3.976
Empregos							
D1	Remuneração dos empregados	33	67	30	44	69	188
D.4	Rendimentos de propriedade	2.120	1.979	1.747	1.126	1.055	880
D.41	Juros	2.120	1.968	1.746	1.126	1.055	880
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades	0	12	0	0	0	0
D.43	Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos	0	0	0	0	0	0

D.45	Rendas	0	0	0	0	0	0
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	0	0	0	0	0	0
D.7	Outras transferências correntes	32.600	31.780	30.756	34.016	35.788	26.208
B.12	Saldo externo corrente	15129	14924	14015	18310	19758	13404
Conta de capital							
Recursos							
B.12	Saldo externo corrente	15.129	14.924	14.015	18.310	19.758	13.404
D.9	Transferência de capital a receber (+)	0	0	0	0	0	0
D.9	Transferência de capital a pagar (-)	-2.148	-2.084	-3.670	-3.311	-985	-1.122
B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança e de transferências de capital	12.981	12.840	10.345	14.999	18.773	12.282
Empregos							
B.9	Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento	12.981	12.840	10.345	14.999	18.773	12.282

Anexo 12 - Indicadores Resto do Mundo (S.2), 2007 a 2012 (Milhões de Escudos)

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Importação de bens e serviços	80.755	84.979	77.396	85.591	95.159	89.978
Varição anual (%)		5,2	-8,9	10,6	11,2	-5,4
Exportação de bens e serviços	43.932	49.698	42.228	45.271	52.541	60.790
Varição anual (%)		13,1	-15,0	7,2	16,1	15,7
Saldo externo de bens e serviços	36.823	35.281	35.169	40.320	42.618	29.188
Varição anual (%)		-4,2	-0,3	14,6	5,7	-31,5
Saldo das operações correntes com o exterior	15.129	14.924	14.015	18.310	19.758	10.432
Varição anual (%)		-1,4	-6,1	30,6	7,9	-47,2
Capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento	12.981	12.840	10.345	14.999	18.773	12.282

3– Estrutura dos Principais Agregados das Contas Nacionais

II - Valores e Estrutura das Principais Operações (das Contas Nacionais) por Sector Institucional

Anexo 13 - Produção (Milhões de Escudos)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	98.373	117.929	106.344	121.058	132.216	133.245
Sociedades Financeiras	8.581	10.370	9.357	9.545	9.604	9.743
Administrações Públicas	23.332	25.009	27.680	28.454	30.248	29.793
Famílias	68.436	78.791	79.775	80.998	85.638	91.144
Total	198.723	232.099	223.156	240.055	257.706	263.924

Anexo 14 - Estrutura da Produção (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	49,5	50,8	47,7	50,4	51,3	50,5
Sociedades Financeiras	4,3	4,5	4,2	4,0	3,7	3,7
Administração Pública	11,7	10,8	12,4	11,9	11,7	11,3
Famílias	34,4	33,9	35,7	33,7	33,2	34,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Anexo 15 - Valor Acrescentado e Produto Interno Bruto (Milhões de Escudos)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	44.161	49.556	48.076	51.664	54.398	55.037
Sociedades Financeiras	4.844	6.016	5.316	5.119	5.077	5.237
Administração Pública	15.504	16.181	17.947	19.018	21.514	21.882
Famílias	40.854	44.467	47.919	45.169	46.535	49.574
Total	105.362	116.219	119.258	120.970	127.525	131.730
∑ Valor Acrescentado	105.362	116.219	119.258	120.970	127.525	131.730
D.21-D.31	16.612	18.479	16.621	17.598	20.399	18.621
Produto Interno Bruto (PIB)	121.974	134.698	135.879	138.569	147.924	150.351

Anexo 16- Remuneração dos Empregados/ Valor Acrescentado (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	19,2	19,9	19,1	21,1	20,9	22,3
Sociedades Financeiras	2,0	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5
Administração Pública	12,7	12,2	13,3	13,8	13,9	14,3
Famílias	1,5	1,9	2,0	1,9	1,8	1,9
Total (RE)	35,4	36,1	36,6	39,1	39,0	41,0
Sociedades Não Financeiras	22,4	22,6	21,0	21,4	21,5	19,1
Sociedades Financeiras	2,6	3,0	2,2	1,9	1,5	1,5
Administração Pública	2,1	1,7	1,8	1,9	3,0	2,3
Famílias	37,2	36,8	38,5	35,5	34,8	35,7
Total (EBE)	64,3	64,1	63,4	60,7	60,8	58,6
Sociedades Não Financeiras	0,2	0,1	0,3	0,2	0,3	0,3
Sociedades Financeiras	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Administração Pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Famílias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total (D.29-D.39)	0,3	0,2	0,4	0,3	0,4	0,4

Anexo 17 -Estrutura do Produto Interno Bruto (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	36,2	36,8	35,4	37,3	36,8	36,6
Sociedades Financeiras	4,0	4,5	3,9	3,7	3,4	3,5
Administração Pública	12,7	12,0	13,2	13,7	14,5	14,6
Famílias	33,5	33,0	35,3	32,6	31,5	33,0
Total	86,4	86,3	87,8	87,3	86,2	87,6
∑ Valor Acrescentado	86,4	86,3	87,8	87,3	86,2	87,6
D.21-D.31	13,6	13,7	12,2	12,7	13,8	12,4
Produto Interno Bruto (PIB)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Anexo 18 -Estrutura do Total do Valor Acrescentado (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	41,9	42,6	40,3	42,7	42,7	41,8
Sociedades Financeiras	4,6	5,2	4,5	4,2	4,0	4,0
Administração Pública	14,7	13,9	15,0	15,7	16,9	16,6
Famílias	38,8	38,3	40,2	37,3	36,5	37,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Anexo 19 - Remuneração dos Empregados (Milhões de Escudos)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	20.275	23.096	22.769	25.577	26.611	29.380
Sociedades Financeiras	2.073	2.470	2.574	2.804	3.105	3.235
Administração Pública	13.337	14.156	15.854	16.686	17.722	18.883
Famílias	1.622	1.719	1.983	2.175	2.087	2.486
Total	37.307	41.441	43.179	47.242	49.525	53.984

Anexo 20 -Estrutura de Remuneração dos Empregados (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	54,3	55,7	52,7	54,1	53,7	54,4
Sociedades Financeiras	5,6	6,0	6,0	5,9	6,3	6,0
Administração Pública	35,7	34,2	36,7	35,3	35,8	35,0
Famílias	4,3	4,1	4,6	4,6	4,2	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Anexo 21 -Excedente Bruto de Exploração (Milhões de Escudos)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	23.632	26.313	24.986	25.853	27.354	25.198
Sociedades Financeiras	2.710	3.482	2.676	2.257	1.917	1.940
Administração Pública	2.167	2.024	2.093	2.332	3.792	3.000
Famílias	39.216	42.735	45.905	42.972	44.409	47.044
Total	67.726	74.555	75.660	73.414	77.472	77.181

Anexo 22 -Estrutura do Excedente Bruto de Exploração (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	34,9	35,3	33,0	35,2	35,3	32,6
Sociedades Financeiras	4,0	4,7	3,5	3,1	2,5	2,5
Administração Pública	3,2	2,7	2,8	3,2	4,9	3,9
Famílias	57,9	57,3	60,7	58,5	57,3	61,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Anexo 23 -Despesas de Consumo Final (Milhões de Escudos)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Administração Pública	21.296	22.739	24.708	25.536	27.401	25.963
Famílias	76.770	81.864	86.839	87.328	92.864	97.656
Total	98.067	104.603	111.547	112.865	120.265	123.619

Anexo 24 -Estrutura de Despesas de Consumo Final (%)

SECTORES	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Administração Pública	21,7	21,7	22,2	22,6	22,8	21,0
Famílias	78,3	78,3	77,8	77,4	77,2	79,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Anexo 25 - Formação Bruta de Capital Fixo (Milhões de Escudos)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	36.739	36.221	31.185	31.697	42.190	22.601
Sociedades Financeiras	1.482	1.343	1.532	1.484	1.877	1.724
Administração Pública	10.085	14.164	14.403	23.935	19.236	22.320
Famílias	5.637	5.557	5.216	5.509	5.825	6.198
Total	53.944	57.285	52.337	62.625	69.128	52.844

Anexo 26 -Estrutura da Formação Bruta de Capital Fixo (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	68,1	63,2	59,6	50,6	61,0	42,8
Sociedades Financeiras	2,7	2,3	2,9	2,4	2,7	3,3
Administração Pública	18,7	24,7	27,5	38,2	27,8	42,2
Famílias	10,4	9,7	10,0	8,8	8,4	11,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Anexo 27 - Rendimento Disponível Bruto (Milhões de Escudos)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	14.681	15.137	13.845	12.414	12.085	10.218
Sociedades Financeiras	7.778	9.479	8.501	8.756	8.849	8.306
Administração Pública	32.674	37.825	35.817	37.203	38.773	36.227
Famílias	88.534	92.615	98.437	102.205	111.077	111.385
Total	143.668	155.055	156.600	160.579	170.784	166.136

Anexo 28 - Estrutura do Rendimento Disponível Bruto (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	10,2	9,8	8,8	7,7	7,1	6,2
Sociedades Financeiras	5,4	6,1	5,4	5,5	5,2	5,0
Administração Pública	22,7	24,4	22,9	23,2	22,7	21,8
Famílias	61,6	59,7	62,9	63,6	65,0	67,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Anexo 29 - Poupança Bruta ou Rendimento Disponível Bruto (Milhões de Escudos)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	14.681	15.137	13.845	12.414	12.085	10.218
Sociedades Financeiras	7.778	9.479	8.501	8.756	8.849	8.306
Administração Pública	11.378	15.085	11.108	11.667	11.372	10.264
Famílias	11.764	10.751	11.598	14.877	18.213	13.729
Total	45.602	50.452	45.053	47.714	50.519	42.517

Anexo 30 - Estrutura de Poupança Bruta ou Rendimento Disponível Bruto (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	32,2	30,0	30,7	26,0	23,9	24,0
Sociedades Financeiras	17,1	18,8	18,9	18,4	17,5	19,5
Administração Pública	25,0	29,9	24,7	24,5	22,5	24,1
Famílias	25,8	21,3	25,7	31,2	36,1	32,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Anexo 31 - Saldo de Rendimentos Primários ou Rendimento Nacional Bruto (Milhões de Escudos)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	18.276	19.283	17.830	16.080	16.741	14.595
Sociedades Financeiras	7.195	8.720	7.668	7.893	7.821	7.353
Administração Pública	19.018	21.063	20.354	21.542	25.696	22.150
Famílias	74.955	82.088	86.152	86.774	92.057	99.806
Total	119.444	131.153	132.004	132.289	142.316	143.903

Anexo 32 - Estrutura do Saldo de Rendimentos Primários ou Rendimento Nacional Bruto (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	15,3	14,7	13,5	12,2	11,8	10,1
Sociedades Financeiras	6,0	6,6	5,8	6,0	5,5	5,1
Administração Pública	15,9	16,1	15,4	16,3	18,1	15,4
Famílias	62,8	62,6	65,3	65,6	64,7	69,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

III - Principais Rácios das Contas Nacionais Sectoriais

Anexo 33 - Valor Acrescentado / Produção (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	44,9	42,0	45,2	42,7	41,1	41,3
Sociedades Financeiras	56,5	58,0	56,8	53,6	52,9	53,8
Administração Pública	66,4	64,7	64,8	66,8	71,1	73,4
Famílias	59,7	56,4	60,1	55,8	54,3	54,4
Economia Nacional	61,4	58,0	60,9	57,7	57,4	57,0

Anexo 34 - Remuneração dos Empregados/Valor Acrescentado (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	45,9	46,6	47,4	49,5	48,9	53,4
Sociedades Financeiras	42,8	41,1	48,4	54,8	61,2	61,8
Administração Pública	86,0	87,5	88,3	87,7	82,4	86,3
Famílias	4,0	3,9	4,1	4,8	4,5	5,0
Economia Nacional	30,6	30,8	31,8	34,1	33,5	35,9

Anexo 35 – Taxa de Investimento (FBCF/Valor Acrescentado) (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	83,2	73,1	64,9	61,4	77,6	41,1
Sociedades Financeiras	30,6	22,3	28,8	29,0	37,0	32,9
Administração Pública	65,1	87,5	80,3	125,9	89,4	102,0
Famílias	13,8	12,5	10,9	12,2	12,5	12,5
Economia Nacional	44,2	42,5	38,5	45,2	46,7	35,1

Anexo 36 - Taxa de Poupança (Poupança/Rendimento Disponível Bruto) (%)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sociedades Financeiras	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Administração Pública	34,8	39,9	31,0	31,4	29,3	28,3
Famílias	13,3	11,6	11,8	14,6	16,4	12,3
Economia Nacional	31,7	32,5	28,8	29,7	29,6	25,6

Anexo 37 - Capacidade (+)/Necessidade (-) de Financiamento (Milhões de Escudos)

Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociedades Não Financeiras	-27.935	-28.063	-23.443	-22.097	-30.996	-14.984
Sociedades Financeiras	6.296	8.136	6.969	7.272	6.973	6.582
Administração Pública	3.046	2.924	-183	-9.257	-7.416	-11.290
Famílias	5.611	4.163	5.879	9.083	12.667	7.411
Economia Nacional	-12.981	-12.840	-10.345	-14.999	-18.773	-12.282

4 – Rácios

Anexo 38 - Principais Indicadores (%)

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB a preços de mercado (em milhões de ECV)	121.974	134.698	135.879	138.569	147.924	150.351
PIB por habitante (em mil ECV)	255,4	278,5	278,0	280,5	295,9	297,1
Rendimento nacional disponível bruto a preços correntes (em milhões de ECV)	143.668	155.055	156.600	160.579	170.784	166.136
Rendimento nacional disponível bruto por habitante (em mil ECV)	300,8	320,6	320,4	325,0	341,6	328,3
Rendimento disponível bruto das famílias (em milhões de ECV)	88.534	92.615	98.437	102.205	111.077	111.385
Rendimento disponível bruto das famílias /Rendimento nacional disponível bruto	61,6	59,7	62,9	63,6	65,0	67,0
Massa salarial (em milhões de escudos)	37.222	41.328	42.833	47.160	49.443	54.019
Rendimento disponível bruto das famílias por habitante (em mil ECV)	185,4	191,5	201,4	206,9	222,2	220,1
Evolução do rendimento disponível bruto das famílias por habitante		3,3	5,2	2,7	7,4	5,2
Despesas de consumo final (em milhões de ECV)	98.067	104.603	111.547	112.865	120.265	123.619
Despesas de consumo final/PIB	80,4	77,7	82,1	81,5	81,3	82,2
Despesas de consumo final das famílias/PIB	62,9	60,8	63,9	63,0	62,8	65,0
Despesas de consumo final das Administrações Públicas /PIB	17,5	16,9	18,2	18,4	18,5	17,3
Formação bruta de capital fixo (em milhões de ECV)	53.944	57.285	52.337	62.625	69.128	52.844
Taxa de investimento nacional	44,2	42,5	38,5	45,2	46,7	35,1
Poupança nacional (em milhões de ECV)	45.602	50.452	45.053	47.714	50.519	42.517
Taxa de poupança nacional	31,7	32,5	28,8	29,7	29,6	25,6
Taxa de poupança das sociedades não financeiras	10,2	9,8	8,8	7,7	7,1	6,2
Taxa de poupança das famílias	8,2	6,9	7,4	9,3	10,7	8,3
Exportação de bens e serviços /PIB	36,0	36,9	31,1	32,7	35,5	40,4
Importação de bens e serviços /PIB	66,2	63,1	57,0	61,8	64,3	59,8
Balança comercial (em milhões de escudos)	-36.823,2	-35.280,8	35.168,7	40.320,3	-42.617,9	-29.188,5
Saldo da conta corrente da balança de pagamentos/PIB	12,4	11,1	10,3	13,2	13,4	6,9
Saldo orçamental/PIB	1,2	-1,6	-5,8	-11,0	-9,2	-12,4
Necessidade de financiamento da economia nacional/PIB	-10,6	-9,5	-7,9	-10,8	-12,7	-8,2

Tabela de Contas Económicas Integradas

TCEIs

Anexo 39 - Contas económicas integradas 2007

Contas económicas integradas 2007

Unidade: Milhões de escudos

Contas correntes

Contas	Empregos							Operações e Outros Fluxos, e Saldos	Recursos						Contas
	Total	Conta B&S Recursos	S2 Resto do Mundo	S1 Total da Economia	S14 Famílias	S13 Administração Pública	S12 Sociedades Financeiras		S11 Sociedades não Financeiras	S13 Administração Pública	S14 Famílias	S1 Total da Economia	S2 Resto do Mundo	Conta B&S Empregos	
	80.755	80.755						P.7	Importações			80755		80.755	
	43.932		43.932					P.6	Exportações				43.932	43.932	
I. Conta de produção / Conta externa de bens e serviços	198.723	198.723						P.1	Produção	23332	68436	198723		198.723	
	93.361			93.361	27.582	7.829	3.737	54.213	P.2	Consumo intermédio			93.361	93.361	
	16.612	16.612						D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos			16612		16.612	
	121.974			121.974	40.854	15.504	4.844	44.161	B.1	Valor acrescentado bruto/Produto interno bruto	15.504	40.854	121.974	121974	
	36.823		36.823					B.11	Saldo externo de bens e serviços			36823		36823	
II.1.1. Conta de exploração	37.340		33	37.307	1.622	13.337	2.073	20.275	D.1	Remunerações dos empregados		37.222	37.222	118	37.340
	16.941		16941	15			61	254	D.2-D.3	Impostos menos subsídios à produção e importação	16.941			16.941	16.941
	16.612		16612						D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos	16.612			16.612	16.612
	330		330	15			61	254	D.29-D.39	Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	330			330	330
	67.726		67.726	39.216	2.167	2.710	23.632		B.2	Excedente de exploração bruto / Rendimento misto bruto	2.167	39.216	67.726	67.726	
II.1.2. Conta de afectação do rendimento primário									D.4A	Ajustamento para os SIFIM					
	16.883		2.120	14.763	2.276	1.896	3.075	7.515	D.4	Rendimentos de propriedade	1.807	793	12.318	4.565	16.883
	119.444		119444	74.955	19.018	7.195	18.276		B.5	Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	19.018	74.955	119.444	119.444	
II.2. Conta de distribuição secundária do rendimento	8.299		8299	4.884		382	3.033		D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.	8.299		8.299	8.299	
	4.791		4791	4.791					D.61	Contribuições sociais	4.559		4.791	4.791	
	4.974		4.974		4.741	233			D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie		4.974	4.974	4.974	
	42.247		32.600	9.647	729	7.170	756	993	D.7	Outras transferências correntes	12.710	19.008	33.871	8.376	42.247
	143.668		143668	88.534	32.674	7.778	14.681		B.6	Rendimento disponível bruto	32.674	88.534	143.668	143.668	
II.3. Conta de redistribuição do rendimento em espécie	9.335		9335		9.335				D.63	Transferências sociais em espécie		9.335	9.335	9.335	
	143.668		143668	97.869	23.339	7.778	14.681		B.7	Rendimento disponível ajustado	23.339	97.869	143.668	143.668	
II.4. Conta de utilização do rendimento	98.067		98.067	76.770	21.296				B.6	Rendimento disponível bruto	32.674	88.534	143.668	143.668	
	45.602		45602	11.764	11.378	7.778	14.681		P.3	Despesa de consumo final			98.067	98.067	
	15.129		15.129						D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões					
	6.787		6.787	901					B.8	Poupança	11.378	11.764	45.602	45.602	
									B.12	Saldo externo corrente			15.129	15.129	
III.1 Conta de Capital			53.944	5.637	10.085	1.482	36.739		P.51	Formação bruta de capital fixo			53.944	53.944	
	6.787		6.787	901					P.52	Variação de existências			6.787	6.787	
									A.N2	Activos não produzidos					
									D.9 (+)	Transferências de capital a receber (+)	2.139	386	2.533	2.533	
									D.9 (-)	Transferências de capital a pagar(-)	-386		-2.148	-2.533	
									D.9	Transferências líquidas de capital	1.754	386	2.148	-2.148	
									B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança	13.132	12.149	47.749	47.749	
			12.981	-12981	5.611	3.046	6.296	-27.935	B.9	Capacidade (+) /necessidade (-) de financiamento					

Anexo 40 - Contas económicas integradas 2008

Contas económicas integradas 2008

Unidade: Milhões de escudos

Contas correntes

Contas	Empregos								Operações e Outros Fluxos, e Saldos	Recursos					Contas	
	Total	Conta B&S Recursos	S2 Resto do Mundo	S1 Total da Economia	S14 Famílias	S13 Administração Pública	S12 Sociedades Financeiras	S11 Sociedades não Financeiras		S13 Administração Pública	S14 Famílias	S1 Total da Economia	S2 Resto do Mundo	Conta B&S Empregos		Total
I. Conta de produção / Conta externa de bens e serviços	84.979	84.979						P.7	Importações			84979		84.979	I. Conta de produção / Conta externa de bens e serviços	
	49.698		49.698					P.6	Exportações				49.698	49.698		
	232.099	232.099						P.1	Produção	25009	78791	232099		232.099		
	115.880			115.880	34.325	8.828	4.354	68.373	P.2	Consumo intermédio				115.880		
	18.479	18.479							D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos		18479		18.479		
134.698			134.698	44.467	16.181	6.016	49.556	B.1	Valor acrescentado bruto/Produto interno bruto	16.181	44.467	134.698		134.698	II.1.1. Conta de exploração	
35.281		35.281						B.11	Saldo externo de bens e serviços			35281		35281		
41.509		67	41.441	1.719	14.156	2.470	23.096	D.1	Remunerações dos empregados		41.328	41.328	180	41.509	II.1.2. Conta de afectação do rendimento primário	
18.702			18702	12	63	148		D.2-D.3	Impostos menos subsídios à produção e importação	18.702				18.702		
18.479			18479					D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos	18.479				18.479		
223			223	12		63	148	D.29-D.39	Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	223				223		
74.555			74.555	42.735	2.024	3.482	26.313	B.2	Excedente de exploração bruto / Rendimento misto	2.024	42.735	74.555		74.555		
II.1.2. Conta de afectação do rendimento primário	21.047		1.979	19.067	3.483	1.875	3.662	10.047	D.4A	Ajustamento para os SIFIM						
	131.153			131153	82.088	21.063	8.720	19.283	B.5	Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacio	2.211	1.508	15.635	5.411	21.047	
II.2. Conta de distribuição secundária do rendimento	9.298			9298	5.261		358	3.678	D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.	9.298		9.298		9.298	II.2. Conta de distribuição secundária do rendimento
	5.572			5572	5.572				D.61	Contribuições sociais	5.320		5.572		5.572	
	5.583			5.583		5.331	252		D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	16.434	5.583	5.583		5.583	
	43.651		31.780	11.871	1.179	8.959	898	836	D.7	Outras transferências correntes	37.825	16.956	35.773	7.878	43.651	
155.055			155055	92.615	37.825	9.479	15.137	B.6	Rendimento disponível bruto	37.825	92.615	155.055		155.055	II.3. Conta de redistribuição do rendimento em espécie	
9.898			9898		9.898			D.63	Transferências sociais em espécie		9.898	9.898		9.898		
II.4. Conta de utilização do rendimento	155.055			155055	102.513	27.926	9.479	15.137	B.7	Rendimento disponível ajustado	27.926	102.513	155.055		155.055	II.4. Conta de utilização do rendimento
	104.603			104.603	81.864	22.739			B.6	Rendimento disponível bruto	37.825	92.615	155.055		155.055	
	50.452			50452	10.751	15.085	9.479	15.137	P.3	Despesa de consumo final				104.603	104.603	
	14.924		14.924						D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões	15.085	10.751	50.452		50.452	
	57.285			57.285	5.557	14.164	1.343	36.221	B.8	Poupança				14.924	14.924	
III.1. Conta de Capital	8.091			8.091	1.074			7.017	B.12	Saldo externo corrente			14.924		14.924	III.1. Conta de Capital
	57.285			57.285					P.51	Formação bruta de capital fixo				57.285	57.285	
	8.091			8.091					P.52	Variação de existências				8.091	8.091	
									A.N2	Activos não produzidos						
									D.9 (+)	Transferências de capital a receber (+)	2.047	43	2.127		2.127	
									D.9 (-)	Transferências de capital a pagar(-)	-43		-43	-2.084	-2.127	
									D.9	Transferências líquidas de capital	2.003	43	2.084	-2.084		
								B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança	17.088	10.794	52.536		52.536		
		12.840	-12840	4.163	2.924	8.136	-28.063	B.9	Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento						III.2. Conta Financeira	

Anexo 41 - Contas económicas integradas 2009

Contas económicas integradas 2009

Unidade: Milhões de escudos

Contas correntes

Contas	Empregos								Operações e Outros Fluxos, e Saldos	Recursos								Contas	
	Total	Conta B&S Recursos	S2 Resto do Mundo	S1 Total da Economia	S14 Famílias	S13 Administração Pública	S12 Sociedades Financeiras	S11 Sociedades não Financeiras		S11 Sociedades não Financeiras	S12 Sociedades Financeiras	S13 Administração Pública	S14 Famílias	S1 Total da Economia	S2 Resto do Mundo	Conta B&S Empregos	Total		
	77.396	77.396							P.7	Importações						77.396	77.396		
	42.228		42.228						P.6	Exportações							42.228	42.228	
I. Conta de produção / Conta externa de bens e serviços	223.156	223.156							P.1	Produção	106344	9357	27680	79775	223156		223.156	223.156	I. Conta de produção / Conta externa de bens e serviços
	103.898			103.898	31.857	9.733	4.041	58.268	P.2	Consumo intermédio							103.898	103.898	
	16.621	16.621							D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos					16621			16.621	
	135.879			135.879	47.919	17.947	5.316	48.076	B.1	Valor acrescentado bruto/Produto interno bruto	48076	5.316	17.947	47.919	135.879			135.879	II.1.1. Conta de exploração
	35.169		35.169						B.11	Saldo externo de bens e serviços						35169		35169	
II.1.1. Conta de exploração	43.209		30	43.179	1.983	15.854	2.574	22.769	D.1	Remunerações dos empregados			42.833	42.833	376			43.209	
	17.039			17.039	30		66	322	D.2-D.3	Impostos menos subsídios à produção e importação			17.039	17.039				17.039	
	16.621			16.621					D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos				16.621	16.621			16.621	II.1.2. Conta de afectação do rendimento primário
	418			418	30		66	322	D.29-D.39	Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção			418	418				418	
	75.660			75.660	45.905	2.093	2.676	24.986	B.2	Excedente de exploração bruto / Rendimento misto	24.986	2.676	2.093	45.905	75.660			75.660	
II.1.2. Conta de afectação do rendimento primário									D.4A	Ajustamento para os SIFIM									
	21.227		1.213	20.014	4.047	1.912	3.921	10.133	D.4	Rendimentos de propriedade	2.977	8.913	3.134	1.461	16.486	4.741		21.227	
	132.004			132004	86.152	20.354	7.668	17.830	B.5	Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	17.830	7.668	20.354	86.152	132.004			132.004	
II.2. Conta de distribuição secundária do rendimento	8.597			8597	4.750		266	3.581	D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.			8.597	8.597				8.597	II.2. Conta de distribuição secundária do rendimento
	5.823			5823	5.823				D.61	Contribuições sociais		285	5.538		5.823			5.823	
	6.065			6.065		5.781	285		D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie			6.065	6.065				6.065	
	42.015		30.756	11.259	1.304	8.271	944	740	D.7	Outras transferências correntes	337	2.044	15.379	18.096	35.855	6.160		42.015	
II.3. Conta de redistribuição do rendimento em	156.600			156600	98.437	35.817	8.501	13.845	B.6	Rendimento disponível bruto	13.845	8.501	35.817	98.437	156.600			156.600	II.3. Conta de redistribuição do rendimento em
	11.046			11046		11.046			D.63	Transferências sociais em espécie			11.046	11.046				11.046	
	156.600			156600	109.483	24.771	8.501	13.845	B.7	Rendimento disponível ajustado	13.845	8.501	24.771	109.483	156.600			156.600	
II.4. Conta de utilização do rendimento				111.547	86.839	24.708			B.6	Rendimento disponível bruto	13.845	8.501	35.817	98.437	156.600			156.600	II.4. Conta de utilização do rendimento
	111.547			111.547					P.3	Despesa de consumo final						111.547		111.547	
	45.053			45053	11.598	11.108	8.501	13.845	D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões									
	14.015		14.015						B.8	Poupança	13.845	8.501	11.108	11.598	45.053			45.053	
	52.337			52.337	5.216	14.403	1.532	31.185	B.12	Saldo externo corrente						14.015		14.015	
	7.164			7.164	951		6.213		P.51	Formação bruta de capital fixo							52.337	52.337	
III.1. Conta de Capital									P.52	Variação de existências							7.164	7.164	
									A.N2	Activos não produzidos									
									D.9 (+)	Transferências de capital a receber (+)	110		3.560	448	4.118			4.118	
									D.9 (-)	Transferências de capital a pagar(-)			-448	-448	-3.670			-4.118	
									D.9	Transferências líquidas de capital	110		3.112	448	3.670	-3.670			
									B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança	13.955	8.501	14.220	12.046	48.723			48.723	
				10.345	-10345	5.879	-183	6.969	-23.443	B.9	Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento								III.2. Conta Financeira

Anexo 43 - Contas económicas integradas 2011

Contas económicas integradas 2011

Unidade: Milhões de escudos

Contas correntes

Contas	Empregos							Operações e outros fluxos, e saldos	Recursos							Contas		
	Total	Conta B&S Recursos	S2 Resto do Mundo	S1 Total da Economia	S14 Famílias	S13 Administração Pública	S12 Sociedades Financeiras		S11 Sociedades não Financeiras	S11 Sociedades não Financeiras	S12 Sociedades Financeiras	S13 Administração Pública	S14 Famílias	S1 Total da Economia	S2 Resto do Mundo		Conta B&S Empregos	Total
I. Conta de produção / Conta externa de bens e serviços	95.159	95.159						P.7	Importações					95.159		95.159	I. Conta de produção / Conta externa de bens e serviços	
	52.541		52.541					P.6	Exportações						52.541	52.541		
	257.706	257.706						P.1	Produção	132216	9604	30248	85638	257706		257.706		
	130.181			130.181	39.103	8.734	4.527	77.818	P.2	Consumo intermédio						130.181		130.181
	20.399	20.399							D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos				20399		20.399		
147.924			147.924	46.535	21.514	5.077	54.398	B.1	Valor acrescentado bruto/Produto interno	54398	5.077	21.514	46.535	147.924		147924	II.1.1. Conta de exploração	
42.618		42.618						B.11	Saldo externo de bens e serviços					42618		42618		
49.593		69	49.525	2.087	17.722	3.105	26.611	D.1	Remunerações dos empregados			49.443	49.443	151		49.593	II.1.1.1. Conta de afectação do rendimento primário	
20.927			20927	40		55	433	D.2-D.3	Impostos menos subsídios à produção e importação		20.927		20.927			20.927		
20.399			20399					D.21-D.31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos			20.399	20.399			20.399	II.1.2. Conta de afectação do rendimento primário	
528			528	40		55	433	D.29-D.39	Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção		528		528			528		
77.472			77.472	44.409	3.792	1.917	27.354	B.2	Excedente de exploração bruto / Rendir	27.354	1.917	3.792	44.409	77.472		77.472		
								D.4A	Ajustamento para os SIFIM								II.1.2.1. Conta de afectação do rendimento primário	
30.617		1.055	29.561	4.531	2.421	4.670	17.938	D.4	Rendimentos de propriedade	7.326	10.574	3.399	2.737	24.035	6.582	30.617		
142.316			142316	92.057	25.696	7.821	16.741	B.5	Saldo dos rendimentos primários / Rendir	16.741	7.821	25.696	92.057	142.316		142.316		
9.664			9664	5.431		326	3.907	D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.			9.664	9.664			9.664	II.2. Conta de distribuição secundária do rendimento	
6.237			6237	6.237				D.61	Contribuições sociais		288	5.949		6.237		6.237		
7.416			7.416		7.128	288		D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie			7.416	7.416			7.416		
48.105		35.788	12.318	1.009	9.237	863	1.209	D.7	Outras transferências correntes	459	2.218	13.828	24.282	40.787	7.319	48.105	II.3. Conta de redistribuição do rendimento em espécie	
170.784			170784	111.077	38.773	8.849	12.085	B.6	Rendimento disponível bruto	12.085	8.849	38.773	111.077	170.784		170.784		
13.237			13237	13.237				D.63	Transferências sociais em espécie			13.237	13.237			13.237		
170.784			170784	124.314	25.536	8.849	12.085	B.7	Rendimento disponível ajustado	12.085	8.849	25.536	124.314	170.784		170.784		
								B.6	Rendimento disponível bruto	12.085	8.849	38.773	111.077	170.784		170.784	II.4. Conta de utilização do rendimento	
120.265			120.265	92.864	27.401			P.3	Despesa de consumo final					120.265	120.265			
								D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões									
50.519			50519	18.213	11.372	8.849	12.085	B.8	Poupança	12.085	8.849	11.372	18.213	50.519		50.519		
19.758		19.758						B.12	Saldo externo corrente					19.758		19.758		
69.128			69.128	5.825	19.236	1.877	42.190	P.51	Formação bruta de capital fixo						69.128	69.128	III.1.1. Conta de Capital	
1.149			1.149	153			996	P.52	Variação de existências						1.149	1.149		
								A.N2	Activos não produzidos									
								D.9 (+)	Transferências de capital a receber (+)	106		879	431	1.416		1.416		
								D.9 (-)	Transferências de capital a pagar(-)			-431	-431	-985		-1.416		
								D.9	Transferências líquidas de capital	106		448	431	985		-985		
								B.10.1	Variações do património líquido resultantes de	12.191	8.849	11.820	18.644	51.504		51.504		
								B.9	Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento								III.2. Conta Financeira	
			18.773	-18773	12.667	-7.416	6.973	-30.996										

Anexo 44 - Contas económicas integradas 2012

Contas económicas integradas 2012

Unidade: Milhões de escudos

Contas correntes

Contas	Empregos								Operações e outros fluxos, e saldos	Recursos								>	
	Total	Conta B&S Recurs	S2 Resto do	S1 Total da Economi	S14 Famílias	S13 Administração Pública	S12 Sociedades	S11 Sociedades não		S11 Sociedades não	S12 Sociedades	S13 Administração Pública	S14 Famílias	S1 Total da Economi	S2 Resto do	Conta B&S Empreg	Total		
I. Conta de produção / Conta externa de bens e serviços	89.978	89.978						P.7	Importações de bens e serviços							89.978	89.978	I. Conta de produção / Conta externa de bens e serviços	
	60.790		60.790					P.6	Exportações de bens e serviços								60.790		60.790
	263.924	263.924						P.1	Produção	133245	9743	29793	91144	263924			263.924		
	132.194			132.194	41.570	7.911	4.505	78.208	P.2	Consumo intermédio							132.194		132.194
	18.621	18.621							D.21-D.	Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos					18621				18.621
	150.351			150.351	49.574	21.882	5.237	55.037	B.1	Valor acrescentado bruto/Produto interno bruto	55037	5.237	21.882	49.574	150.351				150.351
29.188		29.188						B.11	Saldo externo de bens e serviços						29188		29188		
II.1.1. Conta de exploração	54.172		188	53.984	2.486	18.883	3.235	29.380	D.1	Remunerações dos empregados			54.019	54.019	153		54.172	II.1.2. Conta de afectação do rendimento primário	
	19.185			19185	43		62	459	D.2-D.3	Impostos menos subsídios à produção e importação		19.185		19.185			19.185		
	18.621			18621					D.21-D.	Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos		18.621		18.621			18.621		
	564			564	43		62	459	D.29-D.	Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção		564		564			564		
77.181			77.181	47.044	3.000	1.940	25.198	B.2	Excedente de exploração bruto / Rendimento misto I	25.198	1.940	3.000	47.044	77.181			77.181		
II.1.2. Conta de afectação do rendimento primário									D.4A	Ajustamento para os SIFIM									
	32.971		880	32.091	4.664	3.117	5.337	18.973	D.4	Rendimentos de propriedade	8.371	10.750	3.081	3.406	25.608	7.362		32.971	
	143.903			143903	99.806	22.150	7.353	14.595	B.5	Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacic	14.595	7.353	22.150	99.806	143.903			143.903	
II.2. Conta de distribuição secundária do rendimento	9.491			9491	5.501		270	3.720	D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.			9.491	9.491			9.491	II.2. Conta de distribuição secundária do rendimento	
	7.065			7065	7.065				D.61	Contribuições sociais		282	6.784	7.065			7.065		
	7.726			7.726		7.444	282		D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em esp			7.726	7.726			7.726		
	37.727		26.208	11.519	1.000	8.506	895	1.117	D.7	Outras transferências correntes	460	2.118	13.752	17.421	33.751	3.976			37.727
166.136			166136	111.385	36.227	8.306	10.218	B.6	Rendimento disponível bruto	10.218	8.306	36.227	111.385	166.136			166.136	II.3. Conta de redistribuição do rendimento em espécie	
13.837			13837		13.837			D.63	Transferências sociais em espécie			13.837	13.837			13.837			
166.136			166136	125.222	22.390	8.306	10.218	B.7	Rendimento disponível ajustado	10.218	8.306	22.390	125.222	166.136			166.136		
II.4. Conta de utilização do rendimento									B.6	Rendimento disponível bruto	10.218	8.306	36.227	111.385	166.136			166.136	II.4. Conta de utilização do rendimento
	123.619			123.619	97.656	25.963			P.3	Despesa de consumo final						123.619	123.619		
									D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das fan									
	42.517			42517	13.729	10.264	8.306	10.218	B.8	Poupança	10.218	8.306	10.264	13.729	42.517			42.517	
10.432		10.432						B.12	Saldo externo corrente						10.432		10.432		
III.1. Conta de Capital	52.844			52.844	6.198	22.320	1.724	22.601	P.51	Formação bruta de capital fixo						52.844	52.844	III.1.1. Conta de Capital	
	3.076			3.076	409			2.668	P.52	Variação de existências						3.076	3.076		
									A.N2	Activos não produzidos									
									D.9 (+)	Transferências de capital a receber (+)	67		1.055	289	1.411		1.411		
									D.9 (-)	Transferências de capital a pagar(-)			-289	-289	-1.122		-1.411		
									D.9	Transferências líquidas de capital	67		766	289	1.122		-1.122		
III.2. Conta Financeira									B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança	10.285	8.306	11.030	14.018	43.639		43.639	III.2. Conta Financeira	
			12.282	-12282	7.411	-11.290	6.582	-14.984	B.9	Capacidade (+) /necessidade (-) de financiamento									

Nomenclatura dos Sectores Institucionais

S.1 Total da Economia

S.11 Sociedades não Financeiras

- S.111 Sociedades não financeiras públicas
- S.112 Sociedades não financeiras privadas nacional
- S.113 Sociedades não financeiras privadas sob controlo estrangeira

S.12 Sociedades Financeiras

- S.121 Banco Central
- S.122 Outros Intermediários Financeiros
- S.123 Auxiliares financeiros
- S.124 Seguros

S.13 sector das Administrações Públicas

- S.131 Administração central
- S.132 Administração local
- S.133 Fundos de segurança social

S.14 Sector institucional das Famílias

- S.141 Empregadores
- S.142 Trabalhadores por conta própria sem empregados
- S.143 Empregados
- S.144 Famílias com recursos provenientes de propriedades e de transferências

S.15 Sector das Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias

S.2 Resto do Mundo

Nomenclatura das Operações e Outros Fluxos

1. Operações de Bens e Serviços (Produtos) (P)

P.1	Produção
P.11	Produção mercantil
P.12	Produção para utilização final própria
P.13	Outra produção não mercantil
P.2	Consumo intermédio
P.3	Despesa de consumo final
P.31	Despesa de consumo individual
P.32	Despesa de consumo colectivo
P.4	Consumo final efectivo
P.41	Consumo efectivo individual
P.42	Consumo efectivo colectivo
P.5	Formação bruta de capital
P.51	Formação bruta de capital fixo
P.511	<i>Aquisições líquidas de cessões de activos fixos corpóreos</i>
P.5111	Aquisições de activos fixos corpóreos novos
P.5112	Aquisições de activos fixos corpóreos existentes
P.5113	Cessões de activos fixos corpóreos existentes
P.512	<i>Aquisições líquidas de cessões de activos fixos incorpóreos</i>
P.5121	Aquisições de activos fixos incorpóreos novos
P.5122	Aquisições de activos fixos incorpóreos existentes
P.5123	Cessões de activos fixos incorpóreos existentes
P.513	Acréscimos ao valor de activos não financeiros não produzidos
P.5131	Grandes melhoramentos nos activos não financeiros não produzidos

- P.5132 Custos de transferência de propriedade de activos não financeiros não produzidos
- P.52 Variação de existências
- P.53 Aquisições líquidas de cessões e objectos de valor
- P.6 Exportação de bens e Serviços
- P.61 Exportação de bens
- P.62 Exportação de serviços
- P.7 Importação de bens e serviços
- P.71 Importação de bens
- P.72 Importação de serviços

2. Operações de Distribuição (D)

- D.1 Remunerações dos empregados
- D.11 Ordenados e salários
- D.12 Contribuições sociais dos empregadores
- D.121 *Contribuições sociais efectivas dos empregadores*
- D.122 *Contribuições sociais imputadas dos empregadores*
- D.2 Impostos sobre a produção e a importação
- D.21 Impostos sobre os produtos
- D.211 *Impostos do tipo valor acrescentado IVA*
- D.212 *Impostos e direitos sobre a importação excepto o IVA*
- D.2121 Direitos de importação
- D.2122 Impostos sobre a importação excepto o IVA e os direitos
- D.213 *Impostos sobre a exportação*
- D.214 *Impostos sobre os produtos excepto o IVA e os impostos sobre a importação e a exportação*
- D.29 Outros impostos sobre a produção
- D.3 Subsídios

- D.31 Subsídios aos produtos
 - D.311 *Subsídios à importação*
 - D.312 Subsídios à exportação
 - D.319 *Outros subsídios aos produtos*
- D.39 Outros subsídios á produção
- D.4 Rendimentos de propriedade
 - D.41 Juros
 - D.42 Rendimentos distribuídos das sociedades
 - D.421 *Dividendos*
 - D.422 *Levantamentos de rendimentos das quase-sociedades*
 - D.43 Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos
 - D.44 Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros
 - D.45 Rendas
- D.5 Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
 - D.51 Impostos sobre o rendimento
 - D.59 Outros impostos correntes
- D.6 Contribuições e prestações sociais
 - D.61 Contribuições sociais
 - D.611 *Contribuições sociais efectivas*
 - D.6111 Contribuições sociais efectivas dos empregadores
 - D.61111 Contribuições efectivas obrigatórias dos empregadores
 - D.61112 Contribuições sociais efectivas voluntárias dos empregadores
 - D.6112 Contribuições sociais dos empregados
 - D.61121 Contribuições sociais obrigatórias dos empregados
 - D.61122 Contribuições sociais voluntárias dos empregados

- D.6113 Contribuições sociais dos trabalhadores por conta própria e dos não empregados
 - D.61131 Contribuições sociais obrigatórias dos trabalhadores por conta própria e dos não empregados
 - D.61132 Contribuições sociais voluntárias dos trabalhadores por conta própria e dos não empregados
- D.612 *Contribuições sociais imputadas*
- D.62 Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
 - D.621 *Prestações de segurança social em dinheiro*
 - D.622 *Prestações sociais com constituição de fundos*
 - D.623 *Prestações sociais sem constituição de fundos*
 - D.624 *Prestações de assistência social em dinheiro*
- D.63 Transferências sociais em espécie
 - D.631 *Prestações sociais em espécie*
 - D.6311 Prestações de segurança social, reembolsos
 - D.6312 Outras prestações de segurança social em espécie
 - D.6313 Prestações de assistência social em espécie
 - D.632 *Transferências de bens e serviços não mercantis individuais*
- D.7 Outras transferências correntes
 - D.71 Prémios líquidos de seguros não vida
 - D.72 Indemnizações de seguros não vida
 - D.73 Transferências correntes entre administrações públicas
 - D.74 Cooperação internacional corrente
 - D.75 Transferências correntes diversas
- D.8 Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões

D.9 Transferências de capital

- D.91 Impostos de capital
- D.92 Ajudas ao investimento
- D.99 Outras transferências de capital

3. Operações sobre Instrumentos Financeiros (F) (aquisição líquida de activos financeiros/contracção líquida de passivos)

- F.1 Ouro monetário e DSE
- F.2 Numerário e depósitos ^{b c}
- F.21 Numerário
- F.22 Depósitos transferíveis
- F.29 Outros depósitos
- F.3 Títulos excepto acções ^c
- F.31 De curto prazo
- F.32 De longo prazo
- F.4 Empréstimos ^{c d}
- F.41 De curto prazo
- F.42 De longo prazo

- F.5 Acções e outras participações ^d
- F.6 Provisões técnicas de seguros
- F.61 Participação líquida das famílias nas provisões de seguros de vida e nos fundos de pensões
- F.611 *Participação líquida das famílias nas provisões de seguros de vida*
- F.612 *Participação líquida das famílias nos fundos de pensões*
- F.62 Provisões para prémios não adquiridos e provisões para sinistros
- F.7 Outros débitos e créditos ^d

- F.71 Créditos comerciais e adiantamentos
- F.79 Outros débitos e créditos, excepto créditos comerciais e adiantamento

4. Outros Registos de Acumulação (K)

- K.1 Consumo de capital fixo
- K.2 Aquisições líquidas de cessões de activos não financeiros não produzidos
- K.21 Aquisições líquidas de cessões de terrenos e outros activos corpóreos não produzidos
- K.211 *Aquisições de terrenos e outros activos corpóreos não produzidos*
- K.212 Cessões de terrenos e outros activos corpóreos não produzidos
- K.22 Aquisições líquidas de cessões de activos incorpóreos não produzidos
- K.221 *Aquisições de activos incorpóreos não produzidos*
- K.222 *Cessões de activos incorpóreos não produzidos*
- K.3 Aparecimento económico de activos não produzidos
- K.4 Aparecimento económico de activos produzidos
- K.5 Crescimento natural de recursos biológicos não cultivados
- K.6 Desaparecimento económico de activos não produzidos
- K.61 Desgaste dos recursos naturais
- K.62 Outras formas de desaparecimento económico de activos não produzidos
- K.7 Perdas resultantes de catástrofes
- K.8 Expropriações sem indemnização
- K.9 Outras variações no volume de activos não financeiros n.e.
- K.10 Outras variações no volume de activos e passivos financeiros n.e.

- K.11 Ganhos/perdas de detenção nominais
- K.11.1 Ganhos/perdas de detenção neutros
- K.11.2 Ganhos/perdas de detenção reais
- K.12 Alterações de classificação e Estrutura
- K.12.1 Alterações da classificação sectorial e estrutura
- K.12.2 Alterações da classificação de activos e passivos
 - K.12.21 Monetização /desmonetização do ouro
 - K.12.22 Alterações da classificação de activos ou passivos, excepto monetização e desmonetização do ouro

C. NOMENCLATURA DOS SALDOS (B)

- B.1 Valor acrescentado / B.1* Produto interno
- B.2 Excedente de exploração
- B.3 Rendimento misto
- B.4 Rendimento empresarial
- B.5 Saldo dos rendimentos primários/ B.5* Rendimento nacional
- B.6 Rendimento disponível
- B.7 Rendimento disponível ajustado
- B.8 Poupança
- B.9 Capacidade /necessidade líquida de Financiamento
- B.10 Variações do património líquido
 - B.10.1 Variações do património líquido resultantes de poupança e de transferências de capital f g
 - B.10.2 Variações do património líquido resultantes de outras variações no volume de activos
 - B.10.3 Variações do património líquido resultantes de ganhos/perdas de detenção nominais
 - B.10.31 Variações do património líquido resultantes de ganhos/perdas de detenção neutros

B.10.32	Variações do património líquido resultantes de ganhos/perdas de detenção reais
B.11	Saldo externo de bens e Serviços
B.12	Saldo externo corrente
B.90	Património líquido

D. NOMENCLATURA DOS ACTIVOS

1. Activos não Financeiros (AN)

AN.1 Activos produzidos

AN.11 Activos fixos ^h

AN.111 *Activos fixos corpóreos*

AN.1111 Habitações

AN.1112 Outros edifícios e construções

AN.11121 Edifícios não residenciais

AN.11122 Outras construções

AN.1113 Maquinaria e equipamento

AN.11131 Equipamento de transporte

AN.11132 Outra maquinaria e equipamento

AN.1114 Animais e culturas

AN.11141 Animais de reprodução, leiteiros, de tracção, etc..

AN.11142 Vinhas, pomares e outras plantações de árvores de rendimento

AN.112 *Activos fixos incorpóreos*

AN.1121 Explorações minerais

AN.1122 "Software" informático

AN.1123 Originais literários, artísticos ou recreativos

AN.1129 Outros activos fixos incorpóreos

AN.12	Existências
AN.121	<i>Matérias primas e subsidiárias</i>
AN.122	<i>Produtos e trabalhos em curso</i>
AN.1221	Animais e culturas em crescimento
AN.1222	Outros produtos e trabalhos em curso
AN.123	Produtos acabados
AN.124	Produtos para revenda
AN.13	Objectos de valor
AN.131	<i>Pedras e metais preciosos</i>
AN.132	<i>Antiguidades e outros objectos de arte</i>
AN.139	<i>Outros objectos de valor</i>
AN.2	Activos não produzidos
AN.21	Activos corpóreos não produzidos
AN.211	<i>Terrenos</i>
AN.2111	Terrenos subjacentes a edifícios e outras construções
AN.2112	Terrenos com culturas
AN.2113	Terrenos para fins recreativos e superfícies hídricas associadas
AN.2119	Outros terrenos e superfícies hídricas associadas
AN.212	<i>Activos no subsolo</i>
AN.2121	Reservas de carvão, petróleo e gás Natural
AN.2122	Reservas de minerais metálicos
AN.2123	Reservas de minerais não metálicos
AN.213	Recursos biológicos não cultivados
AN.214	<i>Recursos hídricos</i>
AN.22	Activos incorpóreos não produzidos
AN.221	<i>Patentes</i>
AN.222	<i>Contratos de arrendamento e outros contratos transferíveis</i>

- AN.223 *"Goodwill" adquirido*
- AN.229 *Outros activos incorpóreos não produzidos*

2. Activos Financeiros /Passivos (AF)

- AF.1 Ouro monetário e DSE
- AF.2 Numerário e depósitos ^{i j}
- AF.21 Numerário
- AF.22 Depósitos transferíveis
- AF.29 Outros depósitos
- AF.3 Títulos excepto acções ^j
- AF.31 De curto prazo
- AF.32 De longo prazo
- AF.4 Empréstimos ^{j k}
- AF.41 De curto prazo
- AF.42 De longo prazo
- AF.5 Acções e outras participações ^k
- AF.6 Provisões técnicas de seguros
- AF.61 Participação líquida das famílias nas provisões de seguros de vida e nos fundos de pensões
- AF.62 Provisões para prémios não adquiridos e provisões para sinistros
- AF.7 Outros débitos e créditos ^k
- AF.71 Créditos comerciais e adiantamentos
- AF.79 Outros débitos e créditos, excepto créditos comerciais e adiantamentos

Conceitos e definições

Actividade económica é o conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

Activos fixos são activos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Actividades financeiras auxiliares são actividades estreitamente ligadas à intermediação financeira sem contudo fazerem parte dela.

Balança de pagamento de um determinado país consiste no registo contabilístico dos fluxos financeiros relativos a todas as transacções desse país com o resto do mundo durante um determinado período de tempo (geralmente um ano).

Balança Comercial de um dado país regista todas as transacções de mercadorias entre residentes e não-residentes desse país processadas durante um período de tempo determinado (normalmente, um ano)

Capacidade/necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o sector institucional coloca à disposição dos restantes sectores (se for positivo) ou que recebe dos restantes sectores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Contas é o conjunto de operações ordenados de maneira sistemática para registar determinadas transacções realizadas por agentes económicos. Cada conta do sistema determina um saldo que se articula de maneira sequencial com uma outra conta.

Contas económicas integradas é o quadro que dá uma imagem completa das contas do total da economia, incluindo as contas de património de uma forma que permite evidenciar as principais relações económicas e os macros agregados. Mostra simultaneamente a estrutura geral do sistema e apresenta um conjunto de dados relativos aos sectores institucionais, para economia como um todo e para o resto do mundo.

Consumo final é o valor de todos os bens e serviços individuais adquiridos adicionado ao valor dos serviços colectivos fornecidos pelas administrações públicas á comunidade ou a grandes grupos da comunidade.

Consumo final efectivo das administrações públicas são as despesas efectuadas pelo governo com serviços de carácter colectivo.

Consumo final efectivo das famílias são as despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias.

Contribuições sociais são os pagamentos que os indivíduos e os seus empregadores efectuam aos organismos de segurança social. Eles se dividem em: contribuições pagas pelos empregadores e pelos trabalhadores e afins. Estas contribuições têm direito a benefícios de seguro social (os custos da saúde suportados, pensões e aposentadoria, diversos subsídios).

Contribuições Sociais Imputadas são custos que os empregadores incorrem para conceder directamente prestações sociais aos seus empregados usando os seus próprios recursos. As contribuições sociais imputadas representam a contrapartida das prestações sociais (menos eventuais contribuições sociais dos empregados) pagas directamente pelos empregadores (isto

é, não ligadas às contribuições efectivas dos empregadores) aos seus empregados ou antigos empregados e a outras pessoas com direito a essas prestações.

Contribuições sociais efectivas são pagamentos das contribuições sociais feitas (por empregadores e empregados) a fundos de segurança social, empresas de seguros e outras, para benefício dos empregados.

Contribuições sociais dos empregados é o valor dos pagamentos feitos pelos empregados aos fundos de segurança social ou regimes com constituição de fundos, para assegurar o direito das prestações sociais para casos de doença, acidentes, despedimentos, reforma, etc.

Contribuições sociais dos empregadores é o valor dos pagamentos feitos pelas empresas (a seu custo) com o objectivo de assegurar aos seus empregados o direito as prestações sociais para casos de doença, acidentes, despedimento, reforma, etc., os quais podem ser efectivas e imputadas.

Dividendos são a forma de rendimento de propriedade a que tem direito os accionistas como resultado da colocação de fundos á disposição das sociedades

Excedente de exploração é o saldo contabilístico obtido pela actividade produtiva, excluindo os custos adicionais (juros, multas, impostos sobre lucros, etc.) em que incorrem os agentes económicos na gestão de um negócio. É bruto quando do valor acrescentado bruto se exclui os custos de capital fixo e é líquido quando do valor acrescentado bruto, se diminui os custos do consumo de capital fixo.

Exportação de bens e serviços são bens vendidos (avaliados a preços FOB ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias) e os serviços prestados, a não residentes.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) engloba as aquisições líquidas de cessões, efectuadas por produtores residentes, de activos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de activos não produzidos obtidos através da actividade produtiva de unidades de produção ou institucionais.

Importação de bens e serviços são bens adquiridos (valorizados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete) e serviços prestados pelos países que compõem o resto do mundo.

Impostos são pagamentos obrigatórios sem contrapartida, em numerário ou em espécie, efectuados por unidades institucionais ás unidades de administração pública

Impostos sobre a produção e importação são os impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção, na base de normas legais estabelecidas, e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos factores de produção.

Impostos sobre os produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários

Impostos sobre a produção são os impostos que sustentam os agentes económicos devido à sua actividade, independentemente da quantidade ou valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos.

Impostos sobre o rendimento é o valor de Imposto anual que se aplica sobre os rendimentos, lucros e ganhos de capital efectivos ou presumidos de pessoas singulares, das sociedades, famílias ou administrações privadas. Incluem os impostos que incidem sobre a propriedade,

terrenos ou imóveis, desde que os mesmos sejam usados como base de estimativa do rendimento dos seus proprietários

Impostos sobre o valor acrescentado é um imposto sobre bens e serviços cobrado por etapas pelas empresas e que, em última instância, é cobrado integralmente aos consumidores finais.

Intermediação financeira é a actividade pela qual uma unidade institucional adquire activos e incorre, por sua própria conta, em passivos através de operações financeiras no mercado. Os activos e os passivos dos intermediários financeiros apresentam características diferentes, já que, no processo de intermediação financeira, os fundos se transformam ou reagrupam segundo o prazo de vencimento, volume, risco, etc.

Investimentos é o conjunto de todas as aquisições de imobilizações que as empresas efectuam durante o ano, como meio de realização dos seus objectivos.

Juros é o montante que o devedor tem de pagar ao credor durante um determinado período de tempo sem reduzir o montante do capital em dívida. O credor recebe os juros como rendimento de propriedade por depósito, títulos (que não são acções), empréstimos e outros créditos que são tipos activos financeiros.

Outros impostos sobre a produção são impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão-de-obra e sobre o exercício de determinadas actividades ou operações.

Nomenclatura de actividades é classificador das actividades económicas em função do tipo de bens ou serviços produzidos, ou segundo tipo de "insumos" utilizados na produção.

Nomenclatura de produtos (classificador central de produtos) é um classificador de bens e serviços relacionados directamente com a nomenclatura de Actividades

Nomenclatura de unidades institucionais é o classificador das unidades institucionais que distinguem os entes jurídicos do País, os quais em princípio se diferenciam pelas funções económicas que desempenham (Financeiros, não financeiros). As categorias desta classificação distinguem também o regime de propriedade (público, privado), em conformidade com as necessidades dos utilizadores.

Preços correntes são os preços de produção ou aquisição no momento da transacção.

Prestações sociais são as transferências correntes, em dinheiro ou em espécie, para as famílias, para aliviar a carga financeira de algumas necessidades sociais, a existência de handicaps ou da realização de riscos. São pagas pela segurança social, sector que administra e faz a cobertura das tais prestações.

Produto interno bruto a preços de mercado é a soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de actividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de actividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos.

Produção mercantil são bens e serviços cujos preços de venda normalmente cobrem os custos de produção e são objecto de transacção no mercado. Engloba todos os bens e serviços transaccionados no mercado (produtos alimentares, transporte aéreo, etc.).

Produção não mercantil é a produção que não se destina a ser vendida no mercado ou que é vendida a preços economicamente não significativo.

Poupança é a parte do rendimento disponível que não é afectada à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de activos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos activos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Rendimento disponível corresponde ao valor que cada sector institucional dispõe para afectar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimentos de propriedade corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um activo financeiro ou de um activo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o activo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Rendimento nacional bruto é o Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos factores de produção, enviados(recebidos) ao (do)resto do mundo.

Rendimento misto bruto é a remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autónomos), que não pode ser identificada separadamente se proveniente do capital ou do trabalho.

Rendimento Ajustado é o saldo da conta de redistribuição do rendimento em espécie, que incorpora as transferências sociais em espécie e afecta só as operações com o governo, as Instituições Sem Fins Lucrativos e as famílias.

Remuneração dos empregados são as despesas (gastos) efectuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais efectivas) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) a preços de mercado, representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Resto do mundo é um agrupamento de unidades institucionais que não é caracterizado por objectivos e tipos de comportamento similares; agrupa as unidades institucionais não residentes na medida em que estas efectuem operações com unidades institucionais residentes.

Saldo das transacções correntes com o resto do mundo é o saldo da balança de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transacções sem emissão de câmbio.

Serviços de intermediação financeira indirectamente medidos são os rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

Sector institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em sectores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua actividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único sector.

Subsídios sobre os produtos são as transferências realizadas pelo governo para os agentes económicos com a principal finalidade de os compensar pelas perdas incorridas ou por incorrer, como consequência de se manter preços, artificialmente, baixos.

Taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.

Território económico de um país é o espaço geográfico administrado por um governo, e dentro do qual pessoas, bens e capitais circulam livremente. Inclui: as ilhas que pertencem ao país, o espaço aéreo, as águas territoriais e a plataforma continental que possui em águas internacionais sobre a qual o país goza de direitos exclusivos ou sobre a qual tem ou reclama jurisdição em relação ao direito de explorar recursos nela existentes, assim como os enclaves territoriais no estrangeiro.

Transferências são as operações na qual uma unidade institucional provê um bem, serviço ou activo a outra unidade institucional sem receber desta, bens, serviços ou activos como contrapartida.

Transferências correntes são as não classificadas como de capital, afectam directamente a renda disponível e podem influenciar o consumo de bens e serviços.

Transferências de capital são as transferências, em espécie ou numerário, na qual a propriedade de um activo é transferida de uma unidade institucional para outra ou quando o numerário é transferido para permitir que o recebedor adquira um activo.

Transferências Sociais em espécie consistem em bens e serviços individuais fornecidos a título de transferências em espécie pelas administrações públicas e ISFLSF a famílias individuais, quer esses bens e serviços sejam comprados no mercado quer sejam produzidos como produção não mercantil por unidades das administrações públicas ou ISFLSF. Podem ser financiadas pelos impostos, por outras receitas públicas ou por contribuições para a segurança social ou ainda, no caso das ISFLSF, por doações ou rendimentos de propriedade. As transferências sociais em espécie (D.63) incluem as prestações sociais em espécie e as transferências de bens e serviços não mercantis individuais.

Taxa de investimento – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Unidade residente é a unidade que mantém o centro de interesse económico no território económico, realizando, sem carácter temporário, actividades económicas nesse território Residente.

Valor Acrescentado é o valor que a actividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas actividades económicas, obtida pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário absorvido por essas actividades.

Variação de existências (stock) é o Valor da diferença entre, as entradas e saídas de existências, durante o ano económico, avaliada a preços do mercado no momento de operação e as perdas correntes de bens constantes das existências. As existências compreendem as seguintes categorias: a) matérias-primas e subsidiárias; b) produtos e trabalhos em curso; c) produtos acabados; d) bens destinados a revenda.